



**Universidade de Brasília - UnB**  
**Instituto de Relações Internacionais – IREL**

**Dissertação em Relações Internacionais**

**A Projeção de Poder dos Estados Unidos na  
Ásia-Pacífico:  
Da Segunda Guerra Mundial ao Final do  
Governo de Bill Clinton**

**Maurício Kenyatta Barros da Costa**  
**Orientador: Virgílio Caixeta Arraes**

**Brasília/DF,  
Agosto - 2013**

Maurício Kenyatta Barros da Costa

A Projeção de Poder dos Estados Unidos na Ásia-Pacífico:  
Da Segunda Guerra Mundial ao Final do Governo de Bill.

Dissertação de graduação pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, em sua versão final, defendida e aprovada, em 12 de Agosto de 2013, pela Banca examinadora, cujos componentes são:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Virgílio Caixeta Arraes (orientador)

Departamento de História - Universidade de Brasília

Prof. Ms. Ulysses Tavares Teixeira

Instituto de Relações Internacionais - Universidade de Brasília

Prof. Ms. Thiago Tremonte de Lemos

Departamento de História - Universidade de Brasília

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

## **FICHA CATALOGRÁFICA**

**Costa, Maurício Kenyatta Barros da.**

**A Projeção de Poder dos Estados Unidos na Ásia-Pacífico:  
Da Segunda Guerra Mundial ao Final do Governo de Bill  
Clinton / Maurício Kenyatta Barros da Costa. - - Brasília; DF:  
Instituto de Relações Internacionais – Universidade de Brasília,  
2013.**

**pp. 84**

**Orientador: Dr. Virgílio Caixeta Arraes**

**Dissertação (graduação) – Universidade de Brasília, Instituto  
de Relações Internacionais.**

**Projeção de Poder; 2. Estados Unidos; 3. Ásia-Pacífico; 4.  
História Geral; 5. Política Internacional. I. Arraes, Virgílio, II.  
Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais,  
III. A Projeção de Poder dos Estados Unidos na Ásia-Pacífico:  
1. Da Segunda Guerra Mundial ao Final do Governo de Bill  
Clinton**

## **REFERÊNCIA PARA CITAÇÃO**

Costa, Maurício K. B. *A Projeção de Poder dos Estados Unidos na Ásia-Pacífico: Da Segunda Guerra Mundial ao Final do Governo de Bill*. Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília: 2013. pp. 84

## Resumo

Essa pesquisa é embasada em uma perspectiva norte-americana acerca da projeção de poder do país na Ásia-Pacífico. Abordagens da História, Geopolítica, Ciência Política e Relações Internacionais são utilizadas no intuito de se formar um panorama sobre as fontes do poder dos Estados Unidos em conformação com a sua projeção de poder regional, e como esta se relaciona em certos casos com a projeção de poder global. Nesse sentido, o objetivo dessa pesquisa é constatar as motivações e os instrumentos utilizados para se projetar poder em uma região e quais as implicações disso sobre o poder real dos EUA.

## Abstract

This research is about a american perspective on US power projection at Asia-Pacific. History, Geopolitics, Political Science and International Relations' aproaches are used to create an overview about the United States' sources of power in arrangement with your own global power projection. In this way, the objetctive from this research is verify the motivations and the instruments used for power projection in one region and which are the implications of this about the USA's real power.



# Sumário

<b>Introdução. ....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 1 – Abordagem Teórico-Conceitual. ....</b>	<b>4</b>
1.1 – A Projeção de Poder. ....	4
1.2 – Breves Reflexões Sobre Poder. ....	12
1.3 – As Fontes do Poder Norte-Americano. ....	17
1.4 – O Poder Marítimo Norte-Americano e o Surgimento de uma Potência Global. .	22
<b>Capítulo 2 – A Projeção de Poder dos Estados Unidos do final da Segunda Guerra Mundial até a Guerra do Vietnã. ....</b>	<b>34</b>
<b>Capítulo 3 – A Projeção de Poder dos Estados Unidos na Ásia-Pacífico da Guerra do Vietnã até o final da Guerra Fria. ....</b>	<b>47</b>
<b>Capítulo 4 – A Projeção de Poder dos Estados Unidos no Pós-Guerra Fria até o fim do Governo Clinton. ....</b>	<b>59</b>
<b>Conclusão. ....</b>	<b>74</b>
<b>Bibliografia. ....</b>	<b>79</b>

# Introdução

Essa pesquisa tem como objetivo compreender como ocorre a projeção de poder dos Estados Unidos na Ásia-Pacífico no período da Segunda Guerra Mundial até o final do mandato do presidente Bill Clinton. Desse modo, se busca entender quais os instrumentos de projeção de poder utilizados pelo país e como esse país lida com suas características, principalmente população e território, ao se relacionar com outros Estados e estabelecer com eles relações de poder.

A projeção de poder aqui é tratada em seu aspecto macro, ou seja, não será adentrado em uma perspectiva micro que vise analisar a operacionalização dos instrumentos de projeção de poder, assim como, essa pesquisa não se lança a fazer uma ampla discussão sobre o conceito de poder. Desse modo, essa pesquisa está concentrada nas relações de poder dos Estados Unidos com a Ásia-Pacífico, sem se pretender a fazer um estudo da tomada de decisão da política externa dos EUA, assim como, também não se lançará ao objetivo de realizar um estudo regional que possibilite outras perspectivas que não seja a americana nessas relações de poder.

No intuito de se responder a pergunta de como ocorre essa projeção na Ásia-Pacífico, quais são os instrumentos, quais os objetivos e os limites dela, será realizada uma pesquisa que é baseada principalmente em fontes secundárias como artigos, livros, sites, etc. Além disso, esse trabalho também contará com a pesquisa em algumas fontes primárias como documentos oficiais.

O raciocínio apresentado aqui segue a linha definida no Capítulo 1, no qual será discutido o significado de projeção de poder, uma breve reflexão sobre o entendimento do que seja o poder em si e quais seriam as fontes do poder norte-americano e como teria sido os primeiros passos rumos a uma política de poder global, a constituição da potência do hemisfério ocidental.

Essa breve reflexão sobre o poder que será realizado se pauta em alguns autores que discutem o significado de poder. Dessa forma, me apropriei dessa discussão por ser relevante para se esclarecer com qual concepção e entendimento de poder se está trabalhando nessa pesquisa quando se discute sobre projeção de poder. Desse modo, restringem-se as possibilidades consideradas de como essas relações de poder entre os Estados podem ser estabelecidas quando um ator projeta poder sobre o outro.

As fontes do poder norte americano são relevantes para a compreensão do elemento básico de poder de um Estado, seus recursos, e como estes podem passar de poder potencial para um poder concreto, ou seja, podem ser convertidos em instrumentos efetivos para se projetar o poder de maneira bem sucedida. De tal modo que a análise anterior facilitará a compreensão da virada norte-americana para o mar e a constituição de seu poder marítimo e os primeiros passos para a formação de uma potência global.

Com o fim de traçar os contornos explicativos para essa pesquisa será utilizado principalmente o argumento realista derivado de três expoentes de diversos períodos do Realismo das Relações Internacionais: Morgenthau, Waltz e Mearsheimer. De todo modo, a abordagem realista, apesar de ser a principal, conta com o auxílio explicativo do Liberalismo, principalmente da concepção de interdependência complexa exposta por Keohane e Joseph Nye, além de outras elaborações de Nye.

Ainda que essas duas raízes argumentativas pareçam contraditórias elas são elaborações epistemológicas advindas do Positivismo e compartilham da lógica racional para estabelecer suas linhas argumentativas. Ademais, as possíveis contradições advindas da utilização dessas duas abordagens se misturam com as próprias contradições da política externa norte-americana que tenta conciliar em certos casos ou priorizar uma ou outra abordagem dependendo de quem esteja no governo e do interesse em jogo.

A geopolítica também será utilizada para explicar a projeção de poder norte-americana devido à relevância das variáveis geográficas. Estas são importantes por estabelecerem o território e o espaço sobre e/ ou no qual ocorrem as interações sociais, além da geopolítica também se comunicar com as outras abordagens explicativas tratadas nessa pesquisa.

A escolha da Ásia-Pacífico enquanto região para se tratar da projeção de poder dos Estados Unidos se deve a constância da presença desse país na região a partir da Segunda Guerra Mundial até os dias de hoje. Mesmo essa região tendo um caráter secundário em termos de prioridade norte-americana quando comparada com a Europa, ela apresenta um dos palcos de maior expressão de projeção de poder em termos militares dos Estados Unidos comparativamente ao Oriente Médio.

O Capítulo 2 da Dissertação se refere à projeção de poder dos Estados Unidos na Ásia-Pacífico da Segunda Guerra Mundial até a Guerra do Vietnã, ou seja, o período de



predominância da projeção de poder militar por parte desse país na região e de maior predominância de uma balança de poder bipolar.

O Capítulo 3 por sua vez se refere a essa projeção de poder no período pós-Guerra do Vietnã até o final da Guerra Fria e consagra o momento no qual há maior diversidade de instrumentos de projeção de poder, sendo que o militar começa a decair em termos de relevância e o econômico e político passam a ter maior eficácia em um mundo cada vez mais interdependente.

Já no Capítulo 4 será tratado o período de projeção de poder dos EUA na Ásia-Pacífico que se enquadra entre o final da Guerra Fria até o governo Bill Clinton. Esse período é relevante para se compreender como os Estados Unidos interpretaram uma nova realidade de unipolaridade global, mas de multipolaridade regional na qual um poder arrogante não é tolerável. Desse modo, a sutileza na projeção de poder será um novo elemento essencial para que essa possa alcançar seus objetivos, os quais são garantir a sobrevivência do Estado, sua maximização de poder, a manutenção da primazia ou simplesmente interesses pontuais.

Por fim, na conclusão será esboçado um último panorama da distribuição de poder dos Estados Unidos de modo geral e na Ásia-Pacífico na tentativa de demonstrar a relação entre o poder norte-americano e a projeção deste. Desse modo, se fará uma avaliação dessa política de poder que foi trabalhada ao longo dessa Dissertação.

# Capítulo 1 – Abordagem Teórico-Conceitual

## 1.1 – A Projeção de Poder

A Projeção de poder nessa pesquisa é um termo relevante para se compreender o modo como um país empreende por meio de sua política externa as suas políticas de poder no sistema internacional. Desse modo, a projeção de poder está compreendida entre o campo militar e o campo político. No campo militar é a atuação direta das Forças Armadas em outros países e no campo político é a implementação de políticas de poder diversas que assim como as Forças Armadas visem a alterar, manter ou demonstrar o poder para se resguardar interesses que possam ser relevantes para a sobrevivência do Estado, o poder do Estado ou a sua segurança com o fim de manter ou derrubar uma ordem, estabilidade e/ ou instituições.

A projeção de poder é um termo de origem militar e por essa razão é preciso ser diferenciado de outro conceito próximo, a projeção de força. A projeção de força de um Estado é a capacidade de projetar o componente militar do poder nacional baseado na zona continental de uma nação em um teatro de operações<sup>1</sup> que seja externo as delimitações do país<sup>2</sup>. A projeção de força se faz visível por meio da rápida disposição de forças militares em outros territórios e/ ou pela espionagem. Atualmente, quanto menos perceptível e mais rápido for empregada a projeção de força melhor será para atingir os objetivos pontuais e fundamentais para assegurar os pontos estratégicos.

A projeção de força, componente clássica da projeção de poder, fica alocada em sua maior parte nas instalações militares que compõem as plataformas de projeção de poder (PPP) que são locais responsáveis pelo treinamento, preparo tático e pela rápida disposição das Forças Armadas no teatro de operações em questão<sup>3</sup>. Desse modo, as bases ultramarinas constituem elemento estratégico para a projeção de poder norte-

---

<sup>1</sup> Shalikashvili, General John M. *Army Field Manuals: 100-7*. Seção I. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/library/policy/army/fm/100-10-1/ch1.htm>; U.S. Joint Chiefs of Staff. *Joint Publication 3-0: Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms*. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office. 2009.

<sup>2</sup> Ibidem.

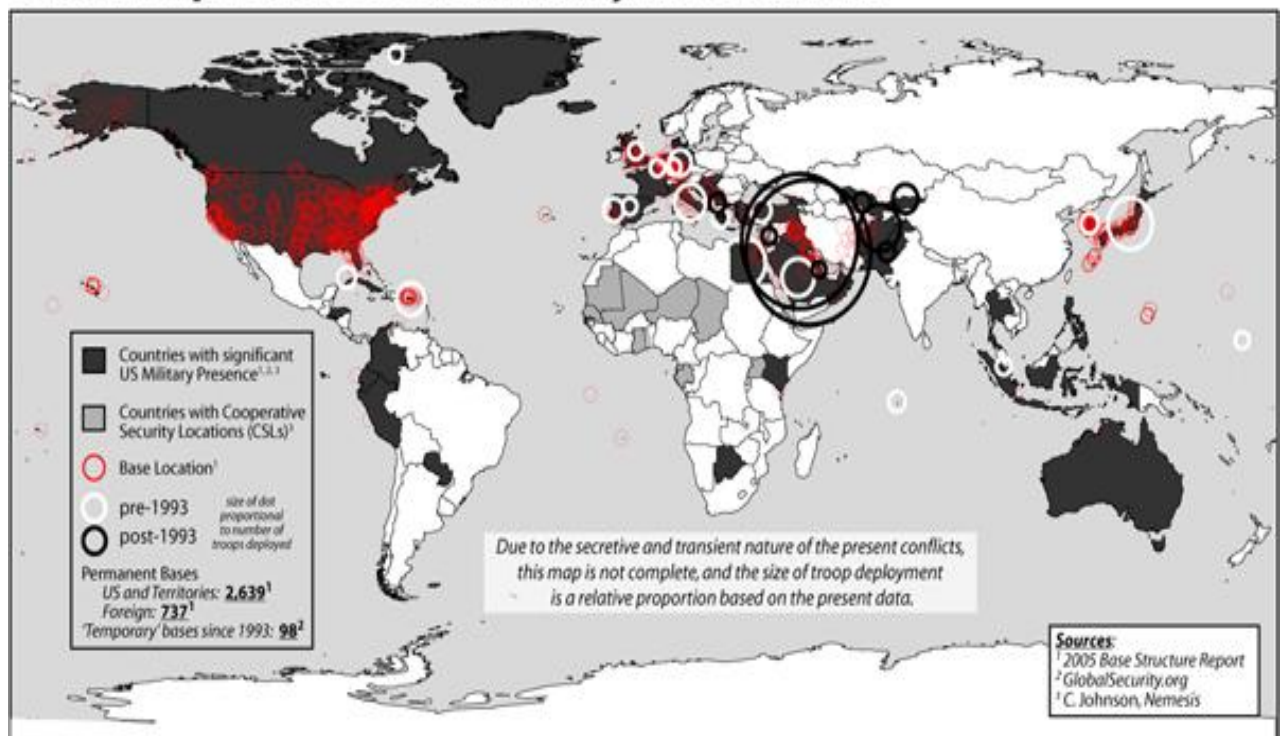
<sup>3</sup> Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/facility/ppp.htm>

americano na Ásia-Pacífico pelo fato da maioria dos países nessa região serem ilhas, ou se localizarem em penínsulas, ou possuírem uma larga costa marítima, na qual se localizam as suas maiores cidades. Ademais, a região possui estreitos e rotas marítimas relevantes para a economia local e global<sup>4</sup>.

No mapa abaixo é possível visualizar as bases ultramarinas e as tropas norte-americanas na Ásia-Pacífico que possibilitam a projeção de força continuada na região.

**Figura 1<sup>5</sup> – Mapa mundi destacando a presença militar norte-americana.**

### Global Expansion of U.S. Military Involvement



Source: Fellowship of Reconciliation / Brian McAdoo

Diferentemente da projeção de força, a projeção de poder não envolve apenas o componente militar, mas todos os elementos de poder nacional de um Estado que podem ser aplicados no exercício do poder externo do país. Desse modo, a combinação dos instrumentos de poder nacional como o econômico, diplomático, informacional e outros conformam a projeção de poder<sup>6</sup>. A projeção de força citada anteriormente que

<sup>4</sup> Blair, Dennis C. *Military Power Projection in Asia*. In: **Strategic Asia 2008-2009: Challenges and Choices**. The National Bureau of Asia Research. Washington, 2009.

<sup>5</sup> Disponível em: <http://outrapolitica.wordpress.com/2010/06/17/el-pentagono-de-los-democratas-la-guerra-sigue-pero-no-se-ve/#more-9291>, mapa de 2010, acessado em: 06/08/2013.

<sup>6</sup> Shalikashvili, General John M. *Army Field Manuals: 100-7*. Seção I. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/library/policy/army/fm/100-10-1/ch1.htm>

abarca exclusivamente a componente militar da projeção de poder é um dos instrumentos mais relevantes para a própria projeção de poder, dependendo da perspectiva em jogo.

A projeção de poder quando exitosa envolve uma grande habilidade em fazer os componentes de poder nacional influenciar politicamente à distância<sup>7</sup>, mas essa influência não deve ser efêmera, pois para que seja bem sucedida deverá haver a constituição de uma estrutura de projeção de poder que fornecerá as condições logísticas e políticas para que essa projeção seja sustentável<sup>8</sup> e possa atingir seu objetivo por meio da união e trabalho de forças múltiplas dispersas que possam ser empregadas para responder às crises, deter um inimigo e/ ou promover a estabilidade regional<sup>9</sup>.

Uma das componentes específicas da projeção de poder que deve ser separada é a projeção marítima de poder, ou seja, o aspecto ofensivo militar das operações para destruir as forças inimigas e/ ou o suporte logístico com a intenção de se prevenir ataques por parte dessas forças inimigas. Alguns exemplos de projeção de poder marítima são as operações anfíbias, ataque aos alvos costeiros ou o suporte para o controle das operações marítimas<sup>10</sup>. Esse conceito foi especificado devido à relevância do Pacífico e do Índico para a projeção de poder norte-americana na Ásia-Pacífico.

Dennis C. Blair, pesquisador em segurança e assuntos asiáticos, destrincha a projeção de poder em nove modalidades<sup>11</sup> que são semelhantes as nove modalidades de Ladwig III que também nos esclarece que essas modalidades são baseadas apenas nos instrumentos militares da projeção de poder<sup>12</sup>.

### **Tabela 1 – Tipos de Projeção de Poder<sup>13</sup>**

---

<sup>7</sup> Blair, Dennis C. *Military Power Projection in Asia*. In: **Strategic Asia 2008-2009: Challenges and Choices**. The National Bureau of Asia Research. Washington, 2009.

<sup>8</sup> Shalikhshvili, General John M. *Army Field Manuals: 100-7*. Seção I. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/library/policy/army/fm/100-10-1/ch1.htm>

<sup>9</sup> U.S. Joint Chiefs of Staff. *Joint Publication 3-35: Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms*. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 2009.

<sup>10</sup> U.S. Joint Chiefs of Staff. *Joint Publication 3-32: Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms*. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 2009.

<sup>11</sup> Blair, Dennis C. *Military Power Projection in Asia*. In: **Strategic Asia 2008-2009: Challenges and Choices**. The National Bureau of Asia Research. Washington, 2009.

<sup>12</sup> Ladwig III, Walter C. *India and Military Power Projection: Will the Land of Ghandi Become a Coventional Great Power?*. In: **Asia Survey**. Vol. 50, nº 6, pp. 1162–1183. California: University of California Press, 2010.

<sup>13</sup> Blair, Dennis C. *Military Power Projection in Asia*. In: **Strategic Asia 2008-2009: Challenges and Choices**. The National Bureau of Asia Research. Washington, 2009; Ladwig III, Walter C. *India and Military Power Projection: Will the Land of Ghandi Become a Coventional Great Power?*. In: **Asia Survey**. Vol. 50, nº 6, pp. 1162–1183. California: University of California Press, 2010. (tradução minha)

<b>Tipo de Projeção de Poder</b>	<b>Definição do Tipo de Projeção de Poder</b>
Agressão Econômica/Territorial	Ocupação pela força de território ou uso de forças armadas em disputas marítimas em regiões de desenvolvimento econômico.
Ataque Punitivo	Ação militar para punir outro país devido à adoção de uma ação ou política específica.
Ameaça Coercitiva	Uso de ação militar dissuasória ou ameaçadora para prevenir outro país de tomar certa ação ou política.
Intervenção Política	Ameaça ou uso de ação militar para suportar uma facção política no interior de um país.
Demonstração Simbólica de Força	Disposição de forças para sinalizar interesse e envolvimento sem intenção de engajar em combate.
Operações de Paz	Disposição de forças, geralmente em coalizão, para estabelecer ou aplicar por meio da força a paz em um país, onde está ocorrendo ou há possibilidade de ocorrer violência.
Proteção do Comércio	Escolta de navios mercantes para proteger contra ataques de outras nações ou piratas.
Intervenção Humanitária	Disposição de forças para prover segurança às vítimas de desastres naturais ou produzidos pelo homem.
Operações de Resgate	Ação militar para resgatar cidadãos em perigo ou que estão sendo segurados em outro país por meio da força

Dennis Blair descreve o caráter unilateral e militar das cinco primeiras modalidades de projeção de poder acima, enquanto as outras quatro restantes possuem, geralmente, uma característica mais pacífica e diplomática para atenuar situações violentas existentes. Já Ladwig III caracteriza as cinco primeiras como projeção de poder duro (*Hard Power*), e por outro lado, as quatro últimas seriam instrumentos de projeção de poder brando (*Soft Power*).

**Tabela 2 – Tipos de Projeção de Poder e funções militares relacionadas<sup>14</sup>**

<sup>14</sup> Blair, Dennis C. *Military Power Projection in Asia*. In: **Strategic Asia 2008-2009: Challenges and Choices**. The National Bureau of Asia Research. Washington, 2009. (tradução minha)

Tipo de PdP <sup>15</sup>	Bombardeio aéreo e de mísseis	Marítima	Forças Terrestres	C3ISR <sup>16</sup>	Logística
Propósito					
Agressão Econômica/Territorial		OK	OK	OK	OK
Ataque Punitivo	OK	OK	OK	OK	OK
Ameaça Coercitiva	OK	OK		OK	
Intervenção Política	OK	OK	OK	OK	
Demonstração Simbólica de Força		OK		OK	
Operações de Paz		OK	OK	OK	OK
Proteção do Comércio		OK		OK	OK
Intervenção Humanitária		OK	OK	OK	OK
Operações de Resgate		OK	OK	OK	

A tabela acima conjuga os tipos de projeção de poder e as funções militares que cada tipo demanda para ser empregada. Essa tabela é relevante para identificarmos os instrumentos utilizados pelos Estados Unidos quando este país projeta seu poder militar na Ásia-Pacífico.

A projeção de poder é um conceito que se conforma com a perspectiva realista e é usado principalmente nos meios militares e estratégicos, o que faz ressaltar suas características militares no trato desse conceito. Entretanto, esse conceito deve ser compreendido como um conceito político, o qual em termos práticos se materializa por meio dos diversos instrumentos de projeção de poder que são atos, sobretudo, políticos. Desse modo, a projeção de poder ocorre dentro de um contexto de negociação no qual é

<sup>15</sup> PdP= Projeção de Poder.

<sup>16</sup> C3ISR = Comando, Controle, Comunicações, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento.

relevante o papel da sociedade, da diplomacia, do governo e da Comunidade Internacional<sup>17</sup>.

Segundo a concepção de projeção de poder trabalhada nessa pesquisa seria possível estabelecer um histórico e a transformação do próprio conceito no tempo conforme as políticas de poder dos Estados se alterem, e consequentemente, também se alterem as políticas de projeção de poder. Desse modo, é perceptível a modificação da projeção de poder na época dos Estados imperialistas como é o caso da expansão japonesa no pacífico por meio de agressões territoriais e anexação de território que se choca com a própria projeção de poder imperialista norte-americana naquela região.

Um segundo momento relevante para essa pesquisa é a projeção de poder na Guerra Fria caracterizada pelo ataque punitivo, ameaça coercitiva, intervenção política e demonstração simbólica de força dentro da concepção de *forward presence*, ou seja, manutenção de forças robustas e grande capacidade de sustentar uma pesada estrutura militar fora do país<sup>18</sup>. Tanto o período imperialista quanto o da Guerra Fria até o fim da Guerra Vietnã são marcados pelo forte peso militar na projeção de poder.

A partir do Vietnã, a economia passa a integrar as *High Politics*<sup>19</sup> junto ao poder militar. Desse modo, a projeção de poder, principalmente econômica, para assegurar os interesses econômicos e comerciais, os quais também começaram a serem utilizados como os principais instrumentos de poder para garantir a proeminência, o controle ou a participação em rotas comerciais, em estreitos e no acesso aos mercados e interesses econômicos diversos que são vitais do ponto de vista estratégico do Estado.

O fim da Guerra Fria é responsável pelo amadurecimento de alguns aspectos que começaram a surgir após a Guerra do Vietnã e determinariam uma nova maneira de se projetar poder. A constituição de um mundo livre, segundo a perspectiva norte-americana, com países em sua maioria democráticos e integrados no livre mercado faria com que a projeção de poder por meio de forças robustas de prolongado envolvimento e que se envolveriam em guerras convencionais de larga-escala ficassem antiquadas, sendo substituídas por uma projeção de poder flexível e seletiva que busca atuar de

---

<sup>17</sup> Blair, Dennis C. *Military Power Projection in Asia*. In: **Strategic Asia 2008-2009: Challenges and Choices**. The National Bureau of Asia Research. Washington, 2009.

<sup>18</sup> Shalikhshvili, General John M. *Army Field Manuals: 100-7*. Seção I. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/library/policy/army/fm/100-10-1/ch1.htm>

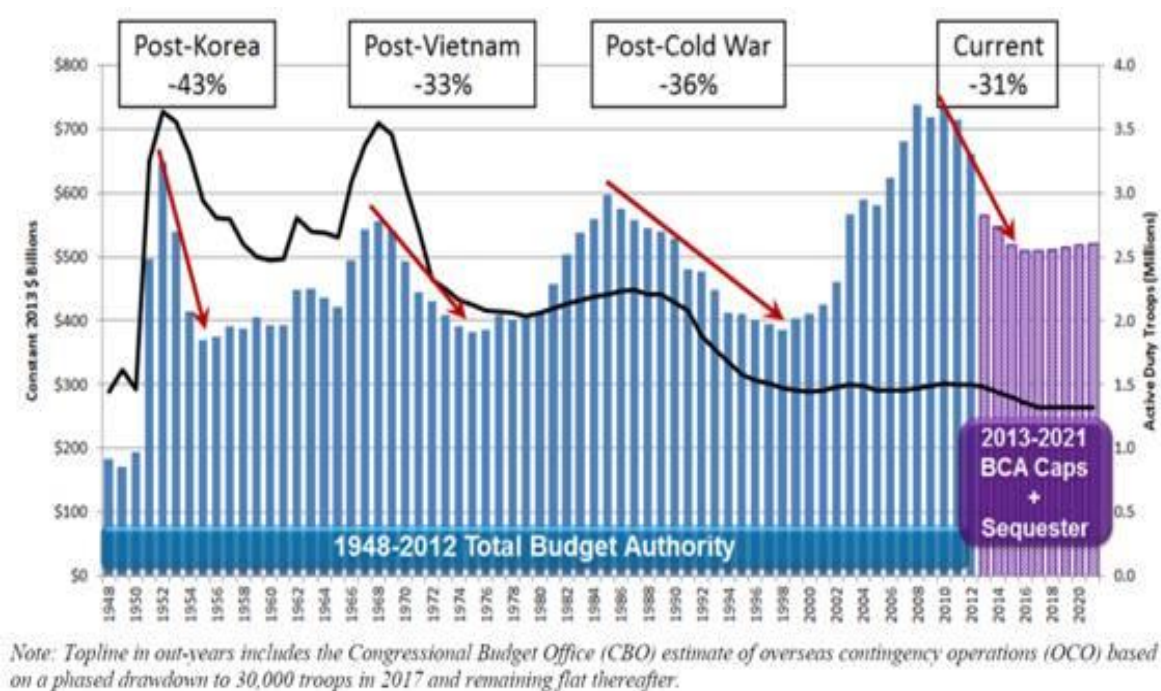
<sup>19</sup> No realismo apenas os assuntos de segurança internacional eram *High Politics*. Já na teoria liberal institucional das Relações Internacionais os assuntos econômicos passam a integrar as *High Politics*, ou seja, política de alta prioridade nos assuntos exteriores de um Estado.



maneira mais silenciosa e efetiva para atingir os objetivos nos pontos estratégicos para o Estado<sup>20</sup>.

A figura abaixo demonstra o quão pesado ao erário público se torna utilizar a projeção de poder militar excessivamente. Os elevados gastos militares durante a Guerra da Coréia, Vietnã e o período final da Guerra Fria demonstra a relevância da Ásia-Pacífico em termos estratégicos e também revela o motivo financeiro de se buscar outras formas mais econômicas de se projetar poder, após os períodos de grandes operações militares, diversificando assim os instrumentos de projeção de poder.

**Figura 2. Principais Reduções Orçamentárias<sup>21</sup>**



Com o fim de esclarecer o conceito de projeção de poder na forma em que foi apresentado até aqui é relevante se compreender o seu uso principal, mas também as transformações pela qual ele passa e precisa passar para atender às novas compreensões geográficas e políticas sobre o sentido que transmite essa elaboração conceitual.

<sup>20</sup>Shalikashvili, General John M. *Army Field Manuals: 100-7*. Seção I. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/library/policy/army/fm/100-10-1/ch1.htm>

<sup>21</sup> C.A. Murdock, K. Sayler y R.A. Crotty (2012), “The Defense Budget’s Double Whammy”, CSIS, 18/X/2012 apud Arteaga, Félix. *Las elecciones en EEUU y la defensa que se encontrará el próximo presidente*. ARI 69/2012, 22/10/2012. Disponível em: [http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/riecano/contenido?WCM\\_GLOBAL\\_CONTEXT=/elcano/elcano\\_es/zonas\\_es/ari69\\_arteaga\\_elecciones\\_eeuu2012\\_defensa](http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/riecano/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_es/zonas_es/ari69_arteaga_elecciones_eeuu2012_defensa), acessado em 10/08/13.



Desse modo, projetar um poder à distância, atualmente, deve considerar que a compreensão de tempo e espaço que conforma a distância e um lugar que não é o seu se altera e ganha novos significados quando tecnologias modificam a percepção do tempo em um mundo mais interconectado, ou seja, os referenciais tradicionais de pertencimento de um espaço e de distância em termos temporais têm sua compreensão alterada. Além disso, nossa própria concepção de espaço se amplia quando tratamos de esferas espaciais virtuais, econômicas, culturais e territoriais que são interdependentes e se confundem em alguns aspectos, mas que se regem por uma diferente lógica espacial, temporal e de constituição de fronteiras entre os Estados.

Ademais, a própria compreensão do que seja poder na Ciência Política e nas Relações Internacionais se altera, não sendo mais o poder militar o único, e muitas vezes nem o predominante para se atingir resultados e se conquistar determinados tipos de espaços relevantes para o país. Ademais, os meios de se empregar, expandir e legitimar o próprio poder também se modifica.

A projeção de poder nessa pesquisa deve ser entendida então como uma política de poder que projeta, ou seja, age por meio de políticas que serão implementadas em um espaço, seja ele qual for, de um Estado alvo. Esse Estado pode consentir ou não com a implementação dessa política em seu espaço, assim como essa política pode ser legítima ou não, e quase sempre para a implementação dessa política serão necessários instrumentos do Estado, ou de um grupo destes, ou de até de outros atores que emprestem seus instrumentos em favor da política de projeção de poder.

Por fim, a projeção de poder pode ser exercida de maneira pontual para atingir um objetivo, um comportamento ou um resultado qualquer desejado, assim como também, pode ocorrer de maneira sustentada ao longo do tempo de modo que esta seja institucionalizada por meio de instituições de segurança regional, como a balança de poder ou órgãos deliberativos e cooperativos sobre o tema, tornando a potência externa parte integrante daquela lógica de poder.

## 1.2 – Breves Reflexões Sobre Poder

Quando se trata de projeção de poder não é possível não tratar do próprio conceito de poder e os seus tipos. Para fins dessa pesquisa, o poder e, por conseguinte, a sua projeção poderá ser definida em dois tipos, o *Soft Power* e o *Hard Power*<sup>22</sup>. *Hard Power* se refere ao poder nacional que vem dos meios militares e econômicos e visa a coagir ou induzir outra nação a executar uma política ou ação desejada pela potência militar e econômica, alguns meios para alcançar esses objetivos de *Hard Power* são a diplomacia coercitiva, a guerra e as alianças que possibilitam a projeção de força de uma nação. O meio econômico pode ser utilizado por meio de subornos, ajuda financeira e sanções.

Já o *Soft Power* diz respeito ao poder que vem da diplomacia, cultura e história. É um poder advindo da reputação do Estado. Desse modo, a mídia, a indústria cultural, o fluxo de informação e outros elementos da globalização permitem que esse poder que é normalmente caracterizado como mais legítimo possa ter maior alcance e adesão por parte dos outros atores sobre a aceitação das políticas empreendidas pela potência que se pauta no *Soft Power*.

*Hard* ou *Soft* é a maneira pela qual o poder é exercido, ou seja, seu meio de ação. O próprio entendimento de poder é anterior a essa definição, e para fins dessa pesquisa deve ser compreendido enquanto uma junção de algumas abordagens diferenciadas sobre esse conceito para que capturemos o todo relevante para esse trabalho. Desse modo, será utilizado o Enfoque Organizacional que afirma que quem possui o poder tentará multiplicá-lo e consolidá-lo<sup>23</sup>.

Essa perspectiva explica bem como o poder pode ser projetado para se promover uma ordem na estrutura internacional como no contexto de Guerra Fria no qual duas superpotências duelam pela supremacia de uma ordem internacional por meio da multiplicação de seu poder interno (aumentando seus recursos de poder) e da multiplicação de seu poder externo (alianças) com o intuito de consolidar a sua perspectiva de ordem. Nesse caso, os EUA defendiam o estabelecimento de uma Ordem Liberal e tentaram consolidá-la por meio da política de contenção.

---

<sup>22</sup> Nye Jr, Joseph S. *Soft Power :The means to success in World Politics*. Public Affairs. New York. 2004.

<sup>23</sup> Vieira, Marcelo Milano Falcão; Carvalho, Cristina Amélia (Org.). *Organizações, Instituições e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

O conceito weberiano caracteriza o poder enquanto potencial para realização de fins, mesmo que seja contra vontade daquele que sofre a influência do poder<sup>24</sup>. O conceito weberiano quando conjugado com o conceito de poder de Morgenthau que envolve o controle de mentes e corações<sup>25</sup> caracteriza bem um cenário descrito pelo próprio Morgenthau que traça as motivações para o exercício e aceitação da predominância do poder. Desse modo, há três cenários de aceitação do poder, o primeiro, é a expectativa de benefícios que o titular do poder poderá oferecer, o segundo, é o receio de desvantagens de não se aceitar esse poder e, por fim, a aceitação do poder pelo respeito ou amor ao titular deste<sup>26</sup>. Desse modo, o jogo do poder é jogado com *Hard Power* e *Soft Power* com a ameaça e o medo, mas também com cooperação e amizade entre as nações.

Entretanto, ao considerar que vivemos em um mundo interdependente e globalizado, se faz necessário ter em mente o conceito de poder segundo o enfoque sistêmico-funcionalista, o qual, segundo Deutsch é visto como a capacidade que possui um indivíduo ou uma organização de impor extrapolações ou projeções de sua estrutura interna no ambiente em que está inserido. O poder é assim um componente, mas não essência para a política, é um mecanismo que acelera ou contém os danos quando a influência, hábito e coordenação coletiva falham, sendo assim uma espécie de trunfo estratégico para ser utilizado para se promover certas ações<sup>27</sup>.

O enfoque sistêmico-funcionalista se complementa a abordagem realista estrutural de Kenneth N. Waltz quando este afirma que o poder é apenas um meio, mas não um fim para as unidades do sistema. Desse modo, o poder seria esse trunfo estratégico utilizado entre outros recursos da política externa para se apropriar da maioria de recursos possíveis para se garantir a sobrevivência do Estado<sup>28</sup>.

Esse trabalho segue a concepção de que a realidade estratégica e securitária da Ásia-Pacífico está entre a busca por sobrevivência, a busca por maximização do poder e a cooperação enquanto abordagem estratégica para se resolver dilemas de segurança. De um lado, compreensões mais clássicas do entendimento de poder são relevantes para as relações de equilíbrio de poder e de garantia de certos objetivos estratégicos. Desse

---

<sup>24</sup> Ibidem.

<sup>25</sup> Morgenthau, Hans J. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. Fifth Edition. New York: Alfred A. Knopf. 1978.

<sup>26</sup> Ibidem.

<sup>27</sup> Vieira, Marcelo Milano Falcão; Carvalho, Cristina Amélia (Org.). *Organizações, Instituições e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

<sup>28</sup> Waltz, Kenneth N. *Theory of International politics*. New York: Columbia University Press, 1959.

modo, a própria projeção de poder seria apenas necessária para se resolver os dilemas estratégicos que não podem ser resolvidos plenamente por meio dos arranjos cooperativos, situação observada na Ásia-Pacífico.

A modernização das capacidades bélicas de alguns países da região, os espaços fronteiriços abertos para questionamento e as zonas estratégicas e de influência que não estão consolidadas geram um processo dinâmico de redistribuição de poder regional que cria margens de incertezas, as quais enquanto não forem dirimidas por processos de construção de confiança ou pela consolidação de uma balança de poder estável inviabilizará saídas cooperativas para a resolução dos impasses, ainda que permita arranjos cooperativos que adiem a decisão de divisão das zonas de influência do poder nacional na região para um momento em que a distribuição de poder regional esteja mais consolidada, e uma nova conjuntura securitária seja aceita em detrimento de uma antiga realidade.

Se no futuro um arranjo estratégico e securitário cooperativo se estabelecer na região, a concepção de Talcott Parsons<sup>29</sup> que afirma que o poder é uma capacidade generalizada de assegurar o cumprimento de obrigações impostas por unidades no sistema da organização coletiva, seja por meio do uso legítimo do poder ou então por meio de sanções. De modo que o intercâmbio seja o mecanismo legítimo de uso do poder por ter foco nos interesses gerais, enquanto o mecanismo de sanções seria utilizado quando o conjunto não estivesse percebendo suas obrigações.

Essa concepção permite observar que o arranjo estratégico e securitário da Ásia-Pacífico está entre o intercâmbio e as sanções, sendo o mecanismo da balança de poder o responsável por arquitetar entre as potências e organismos regionais iniciativas cooperativas, mas que deixam espaços para a projeção de poder, inclusive a punitiva ou coercitiva, que envolve o uso de sanções.

Ainda que a abordagem de Talcott Parsons possibilite uma ordenação teoricamente mais harmônica ela rompe com a ideia de plena anarquia elaborada por Thomas Hobbes<sup>30</sup>, pois o poder segundo Parsons passa a ideia de um sistema hierárquico, seja pela estabilidade propiciada por uma potência hegemônica, seja pelo o estabelecimento de um governo mundial em uma ótica mais cosmopolita.

---

<sup>29</sup> Vieira, Marcelo Milano Falcão; Carvalho, Cristina Amélia (Org.). *Organizações, Instituições e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

<sup>30</sup> Hobbes, T. *Leviatã: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Coleção Os Pensadores).

Tendo em vista a conceituação explorada acima se chega à conclusão que o poder é um dos diversos tipos de relação social que se é possível estabelecer por meio da interação social. Desse modo, o poder não é um fenômeno físico que pode ser apreendido e explicado isoladamente sem se remeter a algum tipo de relação, ou seja, explicado por si só. O poder é um fenômeno abstrato que apenas pode ser estudado de maneira relacional e por meio dos instrumentos que não são o poder, mas que podem ser empregados para se atingir o fim presente nessa relação, e assim sendo, se pode percebê-lo e utilizá-lo.

A percepção do poder ocorre quando se realiza determinado fim contra a vontade de outros<sup>31</sup>. Ele também é percebido a partir do controle que um ator pode exercer sobre os outros, há quem diga que o verdadeiro poder é o do controle de mentes e corações<sup>32</sup>. Ademais, o poder pode ser percebido por meio da capacidade de impor extrapolações ou projeções de sua estrutura interna no ambiente em que se está inserido<sup>33</sup>. Por fim, o poder pode ser percebido como a capacidade de gerar obrigações que devam ser cumpridas<sup>34</sup>. Nesse sentido, o poder é a habilidade de afetar os resultados da maneira desejada, e se necessário, alterar o comportamento alheio<sup>35</sup>.

A percepção do poder nos faz refletir que sua existência pode ser estabelecida inclusive entre as unidades de menor capacidade de dado sistema, ainda que essa relação de poder represente apenas uma pequena parcela da existente nesse sistema. Contudo, um sistema interdependente potencializa o efeito das relações de poder mesmo das pequenas unidades nas relações de outros atores. Dessa maneira, num sistema interdependente a inclusividade aumenta. A participação passa a ser percebida enquanto percepção de poder também e o debate se produz em torno de quem terá acesso aos custos e benefícios que qualquer interação social produz.

Depois de percebido o poder a partir das capacidades (recursos) que se possui e na habilidade em que há de se transformar esse potencial em poder real por meio das interações sociais estabelecidas; se buscará garantir sua sobrevivência<sup>36</sup>, maximizar o

---

<sup>31</sup> Vieira, Marcelo Milano Falcão; Carvalho, Cristina Amélia (Org.). *Organizações, Instituições e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

<sup>32</sup> Morgenthau, Hans J. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. Fifth Edition. New York: Alfred A. Knopf. 1978.

<sup>33</sup> Vieira, Marcelo Milano Falcão; Carvalho, Cristina Amélia (Org.). *Organizações, Instituições e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

<sup>34</sup> Ibidem.

<sup>35</sup> Nye Jr, Joseph S. *The Paradox of American Power: Why the world's only superpower can't go it alone*. Oxford University Press, 2002.

<sup>36</sup> Waltz, Kenneth N. *Theory of International Politics*. New York: Columbia University Press, 1959.

seu poder<sup>37</sup>, multiplicando-o e consolidando-o no máximo de relações possíveis<sup>38</sup>. Desse modo, é preciso limites ao poder para que haja estabilidade no sistema.

As limitações ao poder são advindas das próprias interações sociais estabelecidas entre as unidades. Em um jogo no qual se conjugam as capacidades do Estado, sua habilidade em transformá-la em poder real e no prestígio que possui (legitimidade) junto à capacidade de lidar com as oposições e os custos da concentração de poder. Desse modo, a balança de poder, assim como, outras instituições de poder visam distribuir os recursos e o poder de modo que o sistema se estabilize. O principal rival dessas instituições são os atores que buscam rupturas com o sistema ou têm dificuldade em transformar seus recursos no poder necessário para se alterar a distribuição de poder sem romper com a estabilidade sistêmica.

A projeção de poder em si é a ação que sai do ator que quer criar uma relação de poder com outros. Desse modo, ela não é o começo e nem o fim desse processo de interação social, sendo o meio de se exercer o poder externamente. Por essa razão a avaliação da projeção de poder se concentra no modo como ela é projetada, ou seja, se é por meio de *Hard* ou *Soft Power* e em quais instrumentos o poder se vale para esse tipo de ação, como o político, econômico, cultural, informacional, tecnológico, etc.

Por essa razão, no próximo tópico serão exploradas as fontes do poder norteamericano e como este alçou o seu caminho, enquanto potência que possui alta capacidade de projeção de poder no sistema internacional, partindo brevemente da conformação de seu poder para a extrapolação posterior dele.

---

<sup>37</sup> Mearsheimer, John. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W. W. Norton, 2001.

<sup>38</sup> Vieira, Marcelo Milano Falcão; Carvalho, Cristina Amélia (Org.). *Organizações, Instituições e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003

### 1.3 – As Fontes do Poder Norte-Americano

Hans J. Morgenthau em seu clássico “A Política entre as Nações” apresenta um capítulo que discute sobre os elementos do poder nacional. Nesse capítulo, o autor aponta alguns elementos que comporiam o poder de um Estado, dentre eles está a geografia (território), recursos naturais (alimentos, matérias primas, capacidade industrial e destaca a importância do petróleo), capacidade militar (tecnologia, liderança, quantidade e qualidade), população, índole nacional, moral nacional, qualidade da sociedade, do governo e da diplomacia<sup>39</sup>.

Todos esses elementos citados por Morgenthau podem ser caracterizados como potencialidades, um Estado que possui todos esses elementos em situação favorável provavelmente será um Estado desenvolvido. Entretanto, possuir esses elementos do poder nacional não o transforma em potência, pois há a necessidade de se realizar um processo de transformação política, o qual transforma as potencialidades “naturais” como território, povo e recursos naturais em capacidades por meio de processos políticos, sociais, econômicos e científicos que trarão qualidade aos elementos naturais e deles se derivarão outros.

Dos recursos naturais podem-se tirar produtos manufaturados e industrializados, do povo pode-se tirar uma índole nacional favorável, e de sua junção com o Estado, uma favorável moral nacional. Desse mesmo povo, podem-se tirar bons burocratas, diplomatas e militares e por meio de processos de desenvolvimentos diversos desenvolverem esses setores tecnologicamente.

Nesse caso, as capacidades de um Estado podem ter sua definição a partir da adaptação de um conceito de Mearsheimer, o poder potencial<sup>40</sup>. O poder potencial é originalmente definido como a riqueza e a população do país capaz de sustentar o poder concreto que é o exército daquela nação, ou seja, o poder que é realmente capaz de ocupar um território. A adaptação nesse conceito se deve ao fato do poder potencial aqui englobar todas aquelas capacidades citadas anteriormente que compõe o Poder Nacional para Morgenthau e estão enquadradas enquanto potencialidades que podem ser transformadas em poder real.

---

<sup>39</sup> Morgenthau, Hans J. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. Fifth Edition. New York: Alfred A. Knopf. 1978.

<sup>40</sup> Mearsheimer, John. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W. W. Norton, 2001.

A concepção de poder concreto<sup>41</sup> de Mearsheimer também é empregada aqui com adaptações, pois o poder concreto aqui não será o do Exército, o qual seria a única força capaz de ocupar um território. No entanto, o poder concreto aqui será definido como o poder real capaz de afetar os resultados da maneira desejada e até o comportamento dos outros Estados, se necessário<sup>42</sup>.

Friedrich Ratzel também destaca a importância do solo e dos recursos naturais do Estado para o seu desenvolvimento. Entretanto, realça a capacidade real do país em transformar essa potencialidade em algo efetivo. Desse modo, segundo Ratzel, caberia ao Estado estreitar seus laços de coesão e unidade da nação<sup>43</sup>, pois uma nação coesa e unida teria maiores condições em transformar suas potencialidades em capacidades reais por meio de um projeto de desenvolvimento nacional encabeçado pelo Estado e consequentemente fazer a transformação política para utilizar suas capacidades estrategicamente enquanto instrumentos de poder.

O principal problema dessa abordagem de Ratzel é o caráter centralizador que subordina o povo e o território ao papel central de articulador do Estado. Recuperando a argumentação ratzeliana à luz do processo de desenvolvimento norte-americano, há de se considerar a expansão territorial nos Estados Unidos daquilo que um dia foi as 13 colônias para a atual configuração geográfica, pois a formação territorial dos EUA não foi encabeçada exclusivamente por um processo centralizador, muito pelo contrário, a imagem do *self-made man*<sup>44</sup> enquanto postura individual, além da própria cultura organizacional contribuiu de certo modo para um projeto de expansão nem sempre com influências de um governo central.

Por isso, na análise do caso dos Estados Unidos é importante considerar que esse ente estatal que é centralizador por unir os esforços dos estados norte-americanos na Federação tem que exercer um “Poder Responsável”<sup>45</sup>. Desse modo, por mais que a União capitalize os esforços da Política Externa nela, ela não é dona desse poder, mas sim representante oficial, o que horizontaliza as relações internas de poder quando

---

<sup>41</sup> Ibidem.

<sup>42</sup> Nye Jr, Joseph S. *The Paradox of American Power: Why the world's only superpower can't go it alone*. Oxford University Press, 2002.

<sup>43</sup> Mello, Leonel Itaussu Almeida. *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: Hucitec/Edusp, 1999.

<sup>44</sup> É um arquétipo formulado na cultura norte-americana para descrever o indivíduo que nasce pobre e por sua própria capacidade consegue alcançar o sucesso ou uma posição social acima da que se encontrava anteriormente com seu próprio esforço.

<sup>45</sup> A ideia de Poder Responsável é derivada da lógica democrática pela qual o poder tem de ser legitimado e também controlado e balanceado.



comparado com os impérios da época. O sistema político interno criará implicações na atuação externa do país e em sua projeção de poder.

Em especial no caso dos EUA, onde a unidade da Federação tem autonomia, se torna ainda mais relevante o papel da União em articular o todo fragmentado. A própria marcha para o Oeste, o apoio à colonização de certas regiões do país e o investimento em ferrovias e em outras redes de circulação<sup>46</sup> potencializa esse elemento articulador e facilita a própria defesa do Estado e provável projeção de poder em seu entorno. O fortalecimento da Federação após a Guerra Civil sem a intervenção européia caracteriza a origem do poder nacional norte-americano em termos de política internacional.

Para a compreensão do crescimento territorial norte-americano que estará na base da futura constituição da potência global norte-americana é relevante observar as leis de Ratzel que foram transcritas do trabalho de Carlos Manuel Mendes<sup>47</sup> e postas em uma tabela abaixo para comparar com a experiência norte-americana a gradual constituição da base de poder nacional dos Estados Unidos.

**Tabela 3 – As leis do crescimento territorial de Ratzel em analogia com o caso norte-americano.**

<b>Leis do Crescimento Territorial de Ratzel<sup>48</sup></b>	<b>Analogias com o caso norte-americano<sup>49</sup></b>
O primeiro impulso para o desenvolvimento territorial de um Estado vem do exterior, de uma civilização mais adiantada.	Conflito com os britânicos e potências européias e o gradual desenvolvimento dos princípios que formariam a Doutrina Monroe (opondo os EUA às potências europeias).
A expansão de um Estado segue-se a outros sintomas de desenvolvimento: ideias, produção industrial, atividade missionária e outras.	A concepção de um Destino Manifesto, o desenvolvimento industrial e comercial do Norte unido ao potencial agrário do Sul.
O aumento da dimensão espacial de um Estado acompanha o desenvolvimento da sua cultura.	Desenvolvimento de um sistema político democrático, republicano e federado em conjunção com invenções culturais e tecnológicas de ponta ao longo do expansionismo territorial norte-americano.
A expansão de um Estado inicia-se com a fusão ou absorção de unidades menores.	Inicialmente, incorporação de colônias europeias na região e posterior conflito ou intimidação contra Estados mais fracos

<sup>46</sup> Mello, Leonel Itaussu Almeida. *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: Hucitec/Edusp, 1999.

<sup>47</sup> Dias, Carlos Manuel Mendes. *Geopolítica. Teorização Clássica e Ensaios*. Lisboa: Editora Prefácio, 2005.

<sup>48</sup> Ibidem. Essa coluna foi retirada do trabalho do autor.

<sup>49</sup> Essa coluna e a relação com a primeira coluna são de responsabilidade minha.

	para incorporação até a expansão para o Pacífico.
Um Estado, à medida que cresce, tende a anexar regiões valiosas sob o ponto de vista político ou econômico.	Razão que motivou a marcha para o Oeste, incorporação de ilhas no Atlântico e no Pacífico e outros territórios de valor estratégico.
A absorção reforça a tendência para a expansão o que confere maiores possibilidades para a subsequente conquista de mais espaço.	De uma estratégia de conformação do Estado-Nacional, de conquista de espaços no Caribe com o intuito de garantir a segurança nacional que aos poucos passa para uma estratégia de poder marítimo e absorção de ilhas no pacífico para até fenômenos mais recentes de proliferação de bases militares em diversos países para garantir espaços estratégicos.
A fronteira, como órgão periférico de um Estado, evidencia a sua vitalidade ou dinamismo; as fronteiras são, portanto, variáveis e dinâmicas, refletindo a força expansiva dos Estados.	Durante o período de expansão norte-americana pode-se evidenciar a incerteza das fronteiras no continente americano. As incertezas das fronteiras se devem ao desejo de expansão até o período em que as consolide e se encerre o período de expansão. Atualmente as maiores incertezas de expansão ou não do poder se devem as zonas de influência que são disputadas.

Por fim, percebe-se que uma das razões fundamentais que permitiu a formação da constituição do poder norte-americano como o é foi justamente a união ocorrida por meio da Federação. Entretanto, essa Federação só se torna possível por meio de longo debate acerca da autonomia dos entes federados, estabelecimento de regras de representação (representação foi um problema central na ruptura com a metrópole britânica) e de controle do poder da União pelo povo e por outras instituições políticas (*Check and Balances*)<sup>50</sup>. Desse modo, essa união por essa via possibilitou a coesão e a unidade do Estado em termos democráticos, ou seja, uma política de poder que seja legitimada popularmente terá uma capacidade muito maior do que uma que não seja<sup>51</sup>.

Além disso, segundo Camille Vallaux<sup>52</sup>, que põe o tempo acima do espaço enquanto fator que conforma a geografia política e a própria coesão do Estado, esses desenvolvimentos políticos somado ao esforço de integração do Estado possibilitaria

<sup>50</sup> Hamilton, Alexander; Jay, John; Madison, James. *Os Artigos Federalistas, 1787-1788*. São Paulo, Nova Fronteira.

<sup>51</sup> Vide a força da política de contenção do comunismo devido à adesão popular nos Estados Unidos e na comunidade internacional.

<sup>52</sup> Mello, Leonel Itaussu Almeida. *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: Hucitec/Edusp, 1999.

uma diminuição do tempo que encurtaria as próprias distâncias do país, potencializando a própria coesão nacional.

O Almirante Alfred T. Mahan<sup>53</sup> alerta para a relevância do caráter democrático para conformar o envolvimento da população com certas causas e políticas nacionais para explicar que quando certos objetivos políticos e estratégicos são democratizados e têm o seu valor comprovado perante os cidadãos, a sua concretização será potencializada devido à áurea de legitimidade que assume tal política ou estratégia.

O alerta acima de Mahan abre espaços para o papel da ideologia, da mídia e da opinião pública na conformação de políticas e estratégias exitosas ao longo da história norte-americana. Essa importância da democracia em consonância com a importância das obras políticas e militares, segundo Camille Vallaux<sup>54</sup>, para garantir a circulação das pessoas e riquezas que são vitais para o Estado e irão compor parte da argumentação de Mahan acerca da importância do poder marítimo dos Estados Unidos.

Por fim, essa ideia da Federação enquanto ente articulador propiciará que o Estado retire de seu povo e de seu solo as fontes primordiais do poder norte-americano para garantir sua independência, integridade territorial e política nos termos das colônias do Norte. Essas fontes de poder nacional possibilitarão que os EUA se integrem cada vez mais ao comércio externo e dele passem a depender e a retirar as novas fontes de poder da potência em ascensão.

---

<sup>53</sup> Costa, Wanderley Messias da. *Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2008.

<sup>54</sup> Ibidem.

## 1.4 – O Poder Marítimo Norte-Americano e o Surgimento de uma Potência Global

A relevância do comércio externo para os Estados Unidos passar a ser fundamental para potencializar as suas fontes de poder nacional e também alimentá-las em um ciclo constante de expansão. Desse modo, os limites geográficos, de recursos e de mão-de-obra são superados pelo comércio externo e a gradativa internacionalização da economia norte-americana. Desse modo, a economia se estabelece como a raiz da projeção de poder dos EUA e sua transformação em potência global<sup>55</sup>. Por essa razão, se remeterá a Mahan para destacar um período em que o comércio exterior se conjuga com as preocupações de segurança.

Mahan<sup>56</sup> faz um apelo ao povo americano para que não se esqueça de sua vocação marítima, pois isso implicaria em riscos para os crescentes fluxos comerciais do país que cresciam ao final do século XIX e começo do século XX. Dessa maneira, os EUA baseados em sua configuração política democrática e liberal que naturalmente favoreceria a ligação de seu território com os dois mares (o Atlântico e o Pacífico) fariam do país uma potencial potência marítima devido as suas configurações.

Mahan, precursor intelectual da virada global dos Estados Unidos para o mar, apresentará o mar enquanto um espaço político e social diferenciado, assim como o território. Essa comparação também se estende ao fato de tanto as porções territoriais, quanto as marítimas serem espaços de locomoção com as suas próprias rotas, possibilitando o intercâmbio de fluxos diversos entre os Estados.

Os Estados Unidos enquanto uma nação que valoriza o seu comércio e estabelece relações diversas tanto pelo pacífico quanto pelo atlântico deveria adotar a política das nações marítimas de domínio do mar e do comércio, pois a fonte de poder de uma potência marítima é o seu comércio e a proeminência exercida sobre o mar contra prováveis concorrentes<sup>57</sup>.

---

<sup>55</sup> Oliveira, Flávio Rocha de. *Estados Unidos da América: a segurança em perspectiva histórica*. In: **Diniz, Eugenio (org). Estados Unidos: Política externa e atuação na política internacional contemporânea**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2009.

<sup>56</sup> Costa, Wanderley Messias da. *Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2008.

<sup>57</sup> Ibidem.

Desse modo, essa política de poder das nações marítimas passa pela união entre comércio e segurança por meio do acesso, e em certos casos controle, da produção, comercialização, navegação e do uso de colônias e postos coloniais (pontos de apoio) que garantam a segurança da marinha mercante e das rotas marítimas comerciais<sup>58</sup>, assim como também, a proeminência da potência marítima nas rotas e em certos pontos estratégicos de acesso a recursos.

Mahan defende a importância da criação do Canal do Panamá para facilitar a logística marítima e a articulação das rotas comerciais entre o Pacífico e o Atlântico. Esse pensamento estratégico é importante do ponto de vista defensivo dos Estados Unidos. Entretanto, o período de expansão territorial e de expansão da influência política do país tem forte conexão com o argumento de expandir as zonas defensivas para garantir a defesa nacional. Desse modo, Mahan chega inclusive a defender o ataque preemptivo e a constituição de armadilhas para a defesa do Estado<sup>59</sup>.

A política de poder marítima de Mahan ainda que possibilite uma estratégia defensiva, também abre espaços para uma política de projeção de poder no mar para assegurar os interesses nacionais dos Estados Unidos. Por essa razão, Mahan, o Canal do Panamá e o a Lei Naval de 1916<sup>60</sup> representam um momento histórico de consolidação da projeção marítima de poder norte-americana que já havia se iniciado na abertura dos portos de Estados asiáticos, como a China e o Japão.

Esse período de 1880 até 1930 é assim caracterizado como a fase em que os EUA começam a se consolidar como uma das grandes potências do sistema internacional<sup>61</sup> por transformarem suas potencialidades econômicas e de recursos em capacidades de poder projetáveis para defender a sua participação nos mercados externos, os quais começavam entre 1870 e 1880 serem percebidos como essenciais para o bem-estar americano<sup>62</sup>.

As fontes do poder norte-americano encontram, nesse momento histórico de conformação da potência marítima do país, o modelo e o meio da estrutura de projeção

---

<sup>58</sup> Ibidem.

<sup>59</sup> Ibidem.

<sup>60</sup> Lei que permite a ampliação naval norte-americana com mais de 500 milhões gastos para a produção de navios de guerra e submarinos.

<sup>61</sup> Oliveira, Flávio Rocha de. *Estados Unidos da América: a segurança em perspectiva histórica*. In: **Diniz, Eugenio (org). Estados Unidos: Política externa e atuação na política internacional contemporânea**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2009.

<sup>62</sup> Trubowitz, Peter, 1999 *apud* Oliveira, F.R. de. *Estados Unidos da América: a segurança em perspectiva histórica*. In: **Diniz, Eugenio (org). Estados Unidos: Política externa e atuação na política internacional contemporânea**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2009.

de poder dos EUA na Ásia-Pacífico tanto na fase de política imperialista até o momento de confrontação com império japonês, como também, depois na conformação da estratégia anfíbia, segundo N. Spykman<sup>63</sup>, de contenção do comunismo na Guerra Fria e de oposição, recentemente, a China.

---

<sup>63</sup> Costa, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

## 1.5 - A Balança de Poder

As fontes do poder norte-americano foram sendo multiplicadas ao longo de sua história sempre em um contexto relacional, seja na disputa contra a metrópole britânica, seja em seu movimento de expansão contra as potências europeias e povos locais, por fim, seja pelo desejo de ultrapassar a Grã-Bretanha como o principal poder marítimo do globo, para, posteriormente, alçar outros patamares de poder. Desse modo, o importante é compreender o funcionamento de uma lógica cunhada por John Herz que é chamada de dilema de segurança, a qual explicita a tragédia que as relações de poder podem gerar.

O dilema de segurança nas Relações Internacionais explica que mesmo que um Estado esteja pensando em sua segurança ao aumentar o seu poder, esse acréscimo de poder ao mesmo tempo em que eleva sua segurança diminui a dos outros, estimulando-os a elevar o seu poder também, aumentando a insegurança de todos<sup>64</sup>. Thomas Hobbes exemplifica esse dilema de segurança em sua ideia de “guerra de todos contra todos”<sup>65</sup>, fazendo com que o dilema de segurança em um sistema anárquico deva ser solucionado para se garantir a sobrevivência das unidades.

A balança de poder é um produto da relação social dos Estados no sistema internacional que limita o poder e a sua própria projeção com o fim de se atenuar os males da anarquia. Dessa forma, serão exploradas as formulações de Morgenthau, Waltz e Mearsheimer para se compreender os limites da projeção de poder norte-americano na Ásia-Pacífico.

Segundo Morgenthau, a balança de poder é o principal limite a política de poder nacional<sup>66</sup> baseada na lógica da constante luta pelo poder<sup>67</sup>, sendo que ela poderia emergir naturalmente ou pela iniciativa dos atores para garantir a sobrevivência dos Estados, ou segundo Waltz<sup>68</sup>, a manutenção do sistema. Desse modo, a balança de poder

---

<sup>64</sup> Herz, John. *Idealist internationalism and the security dilemma*. In: **World Politics**, v. 2, n. 2, pp. 157 – 180, Jan. 1950.

<sup>65</sup> Hobbes, T. *Leviatã: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Coleção Os Pensadores).

<sup>66</sup> Morgenthau, Hans J. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. Fifth Edition. New York: Alfred A. Knopf. 1978.

<sup>67</sup> Morgenthau também fala que a questão normativa é outro fator que pode ser utilizado para limitar o poder nacional.

<sup>68</sup> Waltz, Kenneth N. *Theory of International Politics*. New York: Columbia University Press, 1959.

regulará de certa forma a política de poder, a luta por este, a distribuição de recursos (capacidades) e própria sobrevivência das unidades, em última instância.

Nesse caso, a projeção de poder será utilizada tanto para garantir a sobrevivência do país, quanto para estabelecer o acesso aos recursos, aos mercados e aos interesses que de alguma forma estão no cenário internacional e são vitais para a sustentação do Estado; assim como, a projeção de poder pode ter cunho ofensivo e se inserir em uma lógica de luta pelo poder. Por fim, a projeção de poder pode ser utilizada em caráter multilateral a serviço da Comunidade Internacional, como exposto na tabela 1.

Segundo Morgenthau, a aspiração por poder por parte dos Estados e a busca deles por tentar derrubar ou manter o *status quo* leva necessariamente a configuração da balança de poder e a política para conservá-la. Desse modo, a balança de poder preserva uma estabilidade ainda que precária e resguarda a independência das potências envolvidas nesse jogo de poder<sup>69</sup>.

A partir dos pontos acima serão definidos dois padrões de balança de poder. O primeiro é o de oposição direta no qual uma nação A se opõe a uma nação B por meio de uma política imperialista que pode ser respondida por outra política imperialista ou a manutenção do *status quo*. O segundo padrão é de competição no qual A e B disputam pelo controle de C. Desse modo, a independência de C estará garantida já que A e B não admitirão que o poder de C seja acrescido ao do oponente<sup>70</sup>.

Morgenthau completará a sua compreensão de balança de poder ao apresentar cinco métodos para preservar uma balança de poder<sup>71</sup>:

- 1) Dividir para dominar: manter possíveis competidores desunidos para que não desafiem a nação que busca manter a balança de poder.
- 2) Compensações: ceder territórios ou outros elementos do poder de maneira equivalente para a nação prejudicada para que essa possa voltar a se balancear com a outra que teve acréscimos em seus elementos de poder nacional.
- 3) Rearmamento: uma maneira de compensar o aumento no potencial bélico de uma nação. Entretanto, isso pode gerar uma situação instável, sendo necessário o desarmamento. Esse método é uma espécie de compensação bélica.
- 4) Política de alianças: esse é um método comumente utilizado em uma realidade onde vários Estados são importantes para a lógica de poder. Desse modo, a

---

<sup>69</sup> Morgenthau, Hans J. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. Fifth Edition. New York: Alfred A. Knopf. 1978.

<sup>70</sup> Ibidem.

<sup>71</sup> Ibidem.



formação de alianças é importante para garantir a sobrevivência dos Estados, porém essa política gera contra-alianças que são responsáveis por balancear essa realidade de poder.

- 5) Fiel da balança: nesse método haverá uma nação, a qual o seu poder pode desequilibrar uma determinada balança de poder. Desse modo, o fiel da balança sempre optará pelo lado mais fraco dos pratos da balança para preservar o equilíbrio de poder.

Em outra abordagem, segundo Waltz, a compreensão da balança de poder passa pela compreensão de seu realismo estrutural, o qual enfatiza a conformação de uma estrutura para o sistema internacional. Desse modo, segundo esse teórico, uma estrutura se define a partir da consideração de três aspectos<sup>72</sup>.

O primeiro é o princípio de ordenação, o qual é responsável por determinar o princípio regedor do sistema, ou seja, se ele é subordinado ou coordenado. No caso do sistema internacional por não haver uma hierarquia formal estabelecida, ele é caracterizado pela anarquia<sup>73</sup>. O segundo aspecto diz respeito à especificação das funções das unidades do sistema e como isso pode afetar a reprodução de resultados e a própria organização do sistema<sup>74</sup>.

Já o terceiro aspecto é um dos mais relevantes para a compreensão da balança de poder, pois diz respeito à distribuição de recursos entre as unidades do sistema. Esse aspecto ressalta como os mecanismos sociais de distribuição de recursos podem favorecer algumas unidades em detrimento de outras, assim como, algumas unidades podem ter maior capacidade de apropriação diferenciada dos recursos devido ao processo de diferenciação dessas unidades e ao patrocínio de regras que potencializem ainda mais a sua capacidade de se apropriar dos recursos<sup>75</sup>.

De acordo com Waltz, a grande relevância dos recursos para as unidades do sistema levará a uma competição por eles e pelo estabelecimento das regras que possibilitem certas unidades terem maior acesso a eles. Em um sistema anárquico, essa competição por recursos e as regras que a regem se dará por meio da interação social

---

<sup>72</sup> Waltz, Kenneth N. *Theory of International Politics*. New York: Columbia University Press, 1959.

<sup>73</sup> Ibidem.

<sup>74</sup> Ibidem.

<sup>75</sup> Ibidem.

das unidades, sendo que as unidades de maior capacidade terão maior influência nesse processo<sup>76</sup>.

O foco de Waltz na distribuição dos recursos deixa claro a ideia de que o poder não é um fim em si, mas apenas um meio para obter os recursos necessários à sobrevivência do Estado, sendo que esta sim é o seu objetivo primário. Desse modo, ao retomarmos o dilema de segurança de John Herz no qual os Estados buscarão prover sua segurança aumentando seu próprio poder fica visível uma comparação com a competição por recursos proposta por Waltz e a busca por ganhos relativos para se garantir a sobrevivência do Estado.

Entretanto, os Estados possuem capacidades diferenciadas de se apropriar dos recursos, tendo em vista a busca pelos ganhos relativos, haverá assim uma assimetria de ganhos relativos que em um sistema internacional anárquico criará uma lógica de autoajuda<sup>77</sup> por parte dos Estados, pois estes só podem contar consigo mesmo para garantir sua sobrevivência. Além disso, o teórico apenas considera relevante no sistema as unidades que podem apropriar a maioria dos recursos e estabelecer as regras de interação social.

De tal modo que as competições por recursos junto aos pressupostos do realismo estrutural acima explicariam o porquê de os Estados buscarem sempre se unir contra o mais forte, e não se somar ao poder deste, pois se o fizessem isso estariam aumentando seu poder, mas diminuindo suas chances de sobreviver. Desse modo, surge o balanceamento do Estado mais forte<sup>78</sup>.

De fato, Waltz, sugere que há dois modos pelo o qual se pode balancear o poder de um Estado mais forte. O primeiro seria por meio dos esforços internos na busca de aumentar os recursos a sua disposição transformando-os em riqueza e em poder bélico. Já no segundo modo, o Estado buscará a formação de alianças para que se some ao seu poder o de outras unidades que tenham uma mesma percepção de ameaça, esse seria o esforço externo para balancear o Estado mais forte<sup>79</sup>. Por fim, há a possibilidade de que se utilizem os dois modos, mas um sempre prevalecerá.

Com isso, pode-se compor o entendimento de balança de poder para Waltz, o qual a trata enquanto o equilíbrio alcançado por meio da competição pela distribuição dos recursos, os quais definem a capacidade e a possibilidade de um Estado sobreviver

---

<sup>76</sup> Ibidem.

<sup>77</sup> Ibidem.

<sup>78</sup> Ibidem.

<sup>79</sup> Ibidem.

no sistema internacional. Desse modo, a balança de poder não deixa de ser um resultado social das interações dessas unidades que tem como seu fim último a sobrevivência<sup>80</sup>.

Waltz também trata da questão da polaridade enquanto a conformação principal dos pesos dos pratos da balança de poder. Entretanto, pouco será abordado dessa parte, apenas se salientará que para o autor a bipolaridade é caracterizada pela predominância de duas grandes potências, enquanto a multipolaridade é caracterizada pela predominância de três ou mais potências. Além disso, é deixado claro que a bipolaridade é a melhor configuração para a balança de poder, pois esta é mais propensa à estabilidade, a menos propensa à ocorrência de guerras entre as grandes potências e a mais favorável à cooperação e à interdependência<sup>81</sup>.

John J. Mearsheimer trará importantes inovações para o trato da balança de poder nas Relações Internacionais. Diferentemente de Waltz, um realista mais defensivo, Mearsheimer opta por um realismo ofensivo no qual a sobrevivência do Estado se dá pela busca da maximização do poder<sup>82</sup>.

O ponto máximo da maximização do poder seria a busca para se tornar uma hegemonia global, porém devido ao que Mearsheimer chama de poder parador de águas<sup>83</sup> a hegemonia global seria praticamente impossível, pois a projeção de forças terrestres que seria necessária para ocupar um território se torna um esforço muito grande quando há a necessidade de transpor grandes quantidades de massas de água. Desse modo, o objetivo se torna a busca pela hegemonia regional, valorizando assim as balanças de poder regional<sup>84</sup>.

A balança de poder regional se conforma a partir da distribuição de poderes entre os Estados da região. Dessa forma, um dos melhores cenários possíveis para uma potência é se tornar uma hegemonia regional em um contexto no qual as balanças de poder das outras regiões se comportem de maneira equilibrada a evitar o surgimento de outras hegemonias regionais, pois assim, o único hegemom regional teria a sua predominância resguardada, já que uma potência regional que não fosse hegemônica poderia ficar vulnerável, caso ousasse atuar em outra região que não a sua<sup>85</sup>. Esse cenário conforma a máxima segurança que um Estado pode obter, e por isso este

---

<sup>80</sup> Ibidem.

<sup>81</sup> Ibidem.

<sup>82</sup> Mearsheimer, John. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W. W. Norton, 2001.

<sup>83</sup> Ibidem.

<sup>84</sup> Ibidem.

<sup>85</sup> Ibidem.

buscaria afetar as outras balanças de poder regional para manter sua máxima segurança no sistema internacional.

Tendo em vista o exposto acima, Mearsheimer afirma que as potências buscam quatro objetivos: a) obter a hegemonia regional; b) a máxima riqueza; c) ter uma força terrestre preeminente; e d) possuir a superioridade nuclear. No entanto, para os fins de projeção de poder e de maximização de poder contemporaneamente, o ponto (d) deve ser relativizado devido às questões de legitimidade e possibilidade de uso desta por parte dos Estados Unidos.

A distribuição de recursos e a sensação de segurança do Estado em relação aos outros, principalmente em relação aos de sua região, afetam diretamente a sua percepção de ameaça e de medo, sendo a balança de poder regional responsável por dirimir certas incertezas conforme seja estabelecido o seu equilíbrio em termos de polaridade como descrito por Mearsheimer.

Uma balança de poder bipolar é aquela que é dominada por duas potências de poderio bélico semelhante<sup>86</sup>. Esta possui um grau de tensão relativamente baixo e os problemas de balanceamento ocorrem de maneira mais rápida e eficiente, pois não há como transferir os custos do balanceamento para outro ator<sup>87</sup>.

Já uma balança de poder de multipolaridade equilibrada deverá contar com três ou mais potências de poder semelhante, ou que pelo menos duas delas possuam um poder mais parecido<sup>88</sup>. Nessa configuração não há uma hegemonia em potencial, o nível de tensão é maior do que na bipolar e os Estados tendem a utilizar a possibilidade de transferir custos de balanceamento para serem favorecidos<sup>89</sup>. Essa balança tende a ser mais ineficiente do que a bipolar devido a um jogo de poder mais complexo, envolvendo mais atores.

Por fim, a balança de poder de multipolaridade desequilibrada é aquela que possui três ou mais potências, sendo que uma delas será uma hegemonia em potencial por possuir com margem ampla um exército e um poder maior do que as demais<sup>90</sup>. Nessa configuração há um elevado nível de tensão e desejo de conter essa hegemonia em potencial para que ela não se efetive. Entretanto, os custos de contê-la são

---

<sup>86</sup> Ibidem.

<sup>87</sup> Ibidem.

<sup>88</sup> Ibidem.

<sup>89</sup> Ibidem.

<sup>90</sup> Ibidem.

igualmente altos, sendo de fato, difícil evitar que a hegemonia em potencial se efetive como tal<sup>91</sup>.

Tendo as abordagens de balança de poder acima será considerado para fins dessa pesquisa que na Ásia-Pacífico, atualmente, há a conformação de uma balança de poder regional de multipolaridade desequilibrada quando apenas se considerar os Estados da região, pois a China é o país de maior crescimento econômico e de maior investimento bélico na região, ainda que os outros Estados também tenham aumentado seus investimentos, conter a China belicamente poderia ser desastroso.

Entretanto, é preciso considerar um importante ator para a distribuição de poder na região, os Estados Unidos da América. Historicamente, esse país sempre confiou que os países dessa região, assim como na Europa, poderiam equilibrar suas balanças de poder regional de modo que não surgisse uma hegemonia regional interessada em intervir no Hemisfério Ocidental, zona direta do interesse norte-americano<sup>92</sup>.

A partir da Segunda Guerra Mundial há a percepção de que os EUA devem participar diretamente como balanceador das balanças de poder regionais para evitar novos conflitos mundiais e a emergência de uma hegemonia regional que pudesse intervir em sua zona de interesse<sup>93</sup>.

Desse modo, o pós-Segunda Guerra Mundial é precedido pela hegemonia norte-americana no Pacífico e o estabelecimento de uma balança de poder bipolar na Ásia que fica caracterizada pela política de contenção norte-americana contra o Comunismo. Contudo, a partir do gradual afastamento da China em relação à URSS passa a modificar a balança de poder para uma multipolar com o padrão competitivo, na qual a China se mostraria como a fiel da balança.

O fim da Guerra do Vietnã decreta o estabelecimento de uma balança de poder regional multipolar equilibrada. Ainda que os EUA sejam a maior potência mundial, o poder norte-americano que deve ser considerado para os fins da balança de poder regional é aquele o qual o país projeta no local.

De tal modo que ainda que o país seja membro territorial da Ásia-Pacífico por meio de bases ultramarinas, ilhas incorporadas ao país e, também, devido a sua costa

---

<sup>91</sup> Ibidem.

<sup>92</sup> Ross, Robert. *Us Grand Strategy, the Rise of China and US National Security Strategy for East Asia*. In: **Strategic Studies Quarterly**, v. 7, issue 2, summer 2013.

<sup>93</sup> Ibidem.

continental virada para o Pacífico há uma questão geográfica<sup>94</sup> importante que equilibra a distribuição de poder.

Os Estados Unidos tiveram que constituir toda uma estrutura de projeção de poder que possibilitasse aumentar a sua projeção de poder marítimo e estabelecer uma hegemonia nos mares da região. Entretanto, o poder terrestre chinês muito dificilmente pode ser repellido pelos norte-americanos sem um alto custo para o país. Desse modo, o poder parador de águas, descrito por Mearsheimer, exerce sua influência para o estabelecimento de uma balança de poder regional de multipolaridade equilibrada em termos geográficos que a torna possível.

A China e os Estados Unidos são os pesos principais dessa balança, ainda que a Rússia, o Japão e a Índia tenham um papel relevante em segundo plano e em terceiro plano a Associação das Nações do Sudeste Asiático e a Coreia do Sul compõem essa balança de poder multipolar. Ainda que existam arquiteturas institucionais cooperativas em temas de segurança na região, elas não são fortes o suficiente para garantir um arranjo estável de segurança regional<sup>95</sup>.

Por fim, uma relevante constatação é que as balanças de poder regional se conectam com uma balança de poder global. Nessa pesquisa, a perspectiva da balança de poder global seria compreendida pela balança de projeção de poder. Essa balança considera apenas o poder que é projetado internacionalmente, pois em um mundo interdependente ainda que haja a grande preocupação com as questões de segurança regional, há interesses distantes que até as potências médias ou emergentes precisam defender para garantir a sua sobrevivência.

Por essa razão, uma balança de projeção de poder se estabelece de maneira comparativa considerando o quanto um Estado consegue projetar poder internacionalmente, ou seja, é uma balança de poderes relativos e não absolutos que considera apenas as capacidades projetadas. Desse modo, essa balança de projeção de poder captura a capacidade de ação internacional de um Estado e revela a possibilidade de um país mover suas projeções de poder em uma determinada balança de poder regional para outra que seja mais relevante a partir de certo momento.

---

<sup>94</sup> Ross, Robert S. *The Geography of the Peace: East Asia in the Twenty-First Century*. In: **International Security**. The MIT Press. Vol. 23, n. 4, pp. 81-118, spring, 1999.

<sup>95</sup> Evans, Michael. *Power and Paradox: Asian Geopolitics and Sino-American Relations in the 21<sup>st</sup> Century*. In: **Foreign Policy Research Institute**, may, 2009.

Por essa razão, o mecanismo de relação entre a balança de projeção de poder e a balança de poder regional possibilita a compreensão da mudança de prioridades de quem projeta poder, ressalta a mobilidade da projeção de poder e, também, ressalta que alterações na política de projeção de poder podem alterar uma antiga distribuição de poder regional.

## Capítulo 2 – A Projeção de Poder dos Estados Unidos do final da Segunda Guerra Mundial até a Guerra do Vietnã

A era global da política externa norte-americana se inicia com a entrada desse país na Segunda Guerra Mundial<sup>96</sup>. O início dessa postura de atuação global sem precedentes que colocaria os Estados Unidos enquanto um dos principais países responsáveis por reorganizar o mundo no pós-guerra teve por motivação o bombardeio da base naval no Pacífico, Pearl Harbor, pelo ataque da força aérea suicida japonesa, denominados de Kamikazes, que teve como efeito a destruição da base e, também, o abatimento de 29 caças japoneses.

Este é um ponto emblemático que atrela a história contemporânea e a consequente política externa norte-americana desse período com os elementos transformadores e dinâmicos do período mais recente do ambiente de segurança e defesa da Ásia-Pacífico. Em adição, será também o momento em que os EUA perceberam que não podem mais agir como “carona”<sup>97</sup> na balança de poder das outras regiões, tendo eles mesmo que participarem diretamente<sup>98</sup>.

O ataque à base de Pearl Harbor, em 7 de Dezembro de 1941, está inserido dentro do contexto de imperialismo japonês que havia invadido anteriormente a China no final dos anos 1930 e se dirigia para as possessões coloniais francesas, holandesas e inglesas no sudeste da Ásia no intuito de manter sua expansão adquirindo matérias-primas, novos mercados e mão-de-obra barata<sup>99</sup>. Nessa mesma região de expansão japonesa havia outro império presente que não havia declarado até o momento participação formal na guerra, os Estados Unidos da América, que controlavam as

---

<sup>96</sup> Rosati, Jerel A.; Scott, James M. *The politics of United States foreign policy*. 5ª ed. Boston: Wadsworth, 2011; Kegley, Charles; Wittkopf, Eugene. *American Foreign Policy: Pattern and Process*. 5ª ed. New York: St. Martin's Press, 1996.

<sup>97</sup> Termo utilizado para designar um dos problemas da ação coletiva, a situação em que atores colhem as externalidades positivas sem pagar o custo de sua manutenção.

<sup>98</sup> Ross, Robert. *US Grand Strategy, the Rise of China and US National Security Strategy for East Asia*. In: *Strategic Studies Quarterly*, v. 7, issue 2, summer 2013.

<sup>99</sup> Karnal, Leandro; Morais, Marcus Vinícius de; Fernandes, Luiz Estevam; Purdy, Sean. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.



Filipinas<sup>100</sup>, o Havaí e várias ilhas no oceano Pacífico (expandindo seu poder para a Ásia-Pacífico) devido aos mesmos motivos citados para o Japão<sup>101</sup>.

O ataque a Pearl Harbor do ponto de vista expansionista japonês foi pertinente para ter controle sobre uma região estratégica para a economia dessa ilha. Entretanto, da perspectiva militar, foi um erro que desequilibraria a vantagem que o Eixo havia na guerra sobre os Aliados com a entrada dos Estados Unidos no final do ano de 1941 no conflito.

A própria realização do imperialismo nipônico é fruto da dinâmica de poder ocidental que encontra suas raízes no colonialismo e neocolonialismo europeu, inicialmente, e norte-americano, posteriormente, que terá efeitos globais. Na Ásia, esse efeito é visualizado na abertura dos portos japoneses e, também, cristalizado nas duas Guerras do Ópio na China e na variação de efeitos semelhantes de potências ocidentais em outros países da região asiática. Essa política imperialista teria impacto profundo na lógica de poder e securitária da região, pois mudaria uma lógica, segundo José Luís, tributária que não prezava necessariamente pela dominação territorial, mas antes pela influência e o pagamento de tributos em nome do reconhecimento do poder alheio<sup>102</sup>.

O Japão irá assimilar essa lógica imperialista na sua relação com os seus vizinhos e alterará a lógica de segurança da região ao incorporar preceitos ocidentais de dominação aos seus, essa adaptação e aplicação exitosa dessa política de poder pelo Japão lhe renderá a consideração de potência secundária na Primeira Guerra Mundial ao atuar ao lado dos ingleses, mas devido à crise econômica de 1930 adotará políticas de cunho totalitário e passará a clamar por necessidades semelhantes às alemãs e italianas, posicionamento que conformará o Eixo na Segunda Guerra Mundial.

Durante a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos lutaram em diversas frentes, sendo as mais destacadas, a frente europeia e a do Pacífico, tendo como marcos determinantes para a vitória dos Aliados o desembarque da Normandia, conhecido com o “dia D” em 6 de junho de 1944, e o lançamento das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, respectivamente nos dias 6 e 9 de Agosto de 1945 sobre essas cidades japonesas. Esses eventos serão determinantes para a posterior política de poder baseado no armamento nuclear e, também, para a própria reorganização das zonas de interesse

---

<sup>100</sup> Bellows, Thomas J. *The United States and Southeast Asia*. In: **World Affairs**. World Affairs Institute. Volume 137, nº 2, 1974.

<sup>101</sup> Karnal, Leandro; Morais, Marcus Vinícius de; Fernandes, Luiz Estevam; Purdy, Sean. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.

<sup>102</sup> Fiori, José Luís. *O Poder Global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

norte-americana no período que se iniciará no pós-Segunda Guerra Mundial, conhecido como Guerra Fria.

A Guerra Fria conformará, primeiramente, um contexto favorável à política externa e interna norte-americana por propiciar que o país saia como grande vencedor, grande economia e grande potência militar do mundo. Esse contexto também será composto pelo declínio das potências européias e o reposicionamento dos países periféricos gerando realocação do poder global que desembocará na emersão da hegemonia dos EUA, um poder multifacetado<sup>103</sup> que será potencializado no campo político que lhe renderá capital político de sobra para empreender a oposição ao comunismo no conflito caracterizado por Guerra Fria contra a URSS.

A transição do governo Roosevelt para o governo Truman é relevante por ser o momento pelo o qual a própria política externa norte-americana passará por transições que terão impactos diretos para o contexto de segurança asiático-pacífico. Roosevelt planejava um cenário político que remontava de certa maneira ao idealismo wilsoniano no pós-Primeira Guerra Mundial, um sistema multilateral e arranjado entre as grandes potências para garantir a paz do Mundo. O próprio mundo seguiria uma divisão de zonas de influência que segundo Roosevelt teria a América Latina como zona de influência norte-americana, a Europa Oriental seria zona soviética, Reino Unido e França com a Europa e suas colônias e a China ficaria com Ásia Oriental<sup>104</sup>.

Desse modo, o projeto de Ordem Liberal Multilateral que era endossado pelos países ocidentais do lado Aliado se esbarra no projeto Comunista. A partir dessa possibilidade de confronto, a Ordem Liberal para de ser o fim (objetivo a ser alcançado), e se torna o meio pelo o qual os EUA se projetariam com maior legitimidade, causando assim o confronto ideológico, político e militar, caracterizado enquanto bipolar e que seria contra o Comunismo. A delineação da Ordem global que será estabelecida passará por um longo período de gradativa abertura para novos atores e de confrontação nesse contexto de Guerra Fria que devido à grande influência das duas superpotências se buscará a divisão do mundo em dois eixos, estabelecendo assim, a Ordem Bipolar<sup>105</sup>.

---

<sup>103</sup> Poder multifacetado se deve ao caráter amplo do poder norte-americano e a capacidade do país em potencializar recursos de diversos setores em formas de projeção de poder.

<sup>104</sup> Rosati, Jerel A.; Scott, James M. *The politics of United States foreign policy*. 5ª ed. Boston: Wadsworth, 2011.

<sup>105</sup> Gonçalves, Samo Sérgio. *A nova estratégia da política externa dos Estados Unidos no mundo pós-Guerra Fria*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Instituto de Relações Internacionais, 2004.

Quando Harry S. Truman assume a presidência norte-americana em 12 de Abril de 1945, quatro meses depois, há as explosões das bombas atômicas sobre um Japão que não representava mais uma ameaça aos Aliados, sendo esse um marco da Guerra Fria e, seguindo essa linha, também serão as raízes da frente de combate na Ásia-Pacífico contra a URSS por causa da demonstração de poder na região. Ademais, esse momento emblemático representa a queda do império japonês e a subsequente ascensão do poderio norte-americano para ocupar o vácuo de poder deixado por parte da potência nipônica<sup>106</sup>.

O pensamento de Truman difere do de Roosevelt devido ao idealismo envolvido no posicionamento de Roosevelt que é alterado enquanto diretriz política com a chegada ao poder do novo presidente. O seu posicionamento ideológico quanto à nova conformação mundial difere da de seu antecessor na visão política de mundo, passando a adotar visão mais realista, e na conformação deste no pós-Segunda Guerra Mundial devido ao contexto interno e externo do país que oferece novos desafios e, também, oportunidades.

Internamente, a força da prerrogativa presidencial sobre o Congresso, o estabelecimento de uma burocracia de Segurança Nacional e a ascensão de setores econômicos sobre a política nacional<sup>107</sup> fez com que esses elementos encontrassem no Comunismo o inimigo perfeito para se buscar a unidade nacional. Dessa maneira, o Comunismo que se apresentaria enquanto desafio externo à segurança norte-americana em conjunção com a expansão econômica do país no pós-guerra que lhe renderá ainda mais influência política serão determinantes na conformação da política externa dos EUA para o mundo e, também, para a Ásia-Pacífico.

Esses dois eixos que ganham força nesse período, o da Segurança Nacional e o da elite econômica<sup>108</sup>, influirão fortemente na política externa do país e em suas ações de institucionalizar diversos processos internacionais para garantir certos interesses norte-americanos. Na vertente econômica foi criado o sistema de Bretton Woods (em julho de 1944) baseado em instituições como o Banco Mundial (inicialmente, Banco

---

<sup>106</sup> Fiori, José Luís. *O Poder Global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007; Hinto, Harold C. *The United States and Extended Security Commitments: East Asia*. In: **Annals of the American Academy of Political and Social Science**. Vol. 457. National Security Policy for the 1980s. Setembro, 1981.

<sup>107</sup> Rosati, Jerel A.; Scott, James M. *The politics of United States foreign policy*. 5ª ed. Boston: Wadsworth, 2011.

<sup>108</sup> Ibidem.

Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), Fundo Monetário Internacional e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio em 1947 (sigla em inglês GATT)<sup>109</sup>.

Já na vertente de segurança nacional, as Nações Unidas e o seu Conselho de Segurança seriam responsáveis pela paz e estabilidade mundial. O próprio uso dessas instituições por parte dos Estados Unidos se altera conforme uma política de Guerra Fria ganha contornos mais claros, sendo elas instituições multilaterais que por vezes foram absorvidas por práticas unilaterais dos EUA no contexto de Guerra ideológica contra o Comunismo.

Retomando o pensador geopolítico, F. Ratzel<sup>110</sup>, pode-se argumentar que a ideia do comunismo na política externa norte-americana a partir de Truman passa a de ser uma força aglutinadora que servirá perfeitamente às agências governamentais e à elite para estabelecer as redes necessárias para se buscar a coesão nacional que será responsável por unir povo e território em um consenso (composto pela aliança entre empresas, Governo e Forças Armadas com concessões limitadas às classes trabalhadoras)<sup>111</sup> em prol de um objetivo nacional que é a contenção do Comunismo.

Esse consenso político que favoreceu as grandes corporações no razoável controle dos trabalhadores<sup>112</sup> e das posições contrárias, assim como, angariou o apoio popular necessário para manter a poderosa máquina de guerra norte-americana em atividade durante esse período<sup>113</sup> foi responsável por criar um ambiente de legitimidade nacional e internacional em torno da elite norte-americana contra o Comunismo que coroou o momento hegemônico dos EUA que se estendeu até a Guerra da Coreia. É relevante dizer que o consenso construído não gerou conformismo, mas apenas forte apoio à política anticomunista do momento.

Em Março de 1947 é lançada a Doutrina Truman<sup>114</sup> no discurso presidencial proferido no Congresso norte-americano. Esse discurso encontrou base na defesa anterior que Winston Churchill já vinha fazendo para alertar as nações capitalistas

---

<sup>109</sup> Karnal, Leandro; Morais, Marcus Vinícius de; Fernandes, Luiz Estevam; Purdy, Sean. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.

<sup>110</sup> Costa, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

<sup>111</sup> Karnal, Leandro; Morais, Marcus Vinícius de; Fernandes, Luiz Estevam; Purdy, Sean. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.

<sup>112</sup> Ibidem.

<sup>113</sup> Kegley, Charles; Wittkopf, Eugene. *American Foreign Policy: Pattern and Process*. 5ª ed. New York: St. Martin's Press, 1996.

<sup>114</sup> Gonçalves, Samo Sérgio. *A nova estratégia da política externa dos Estados Unidos no mundo pós-Guerra Fria*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Instituto de Relações Internacionais, 2004.

acerca do temor advindo da disseminação soviética de sua ideologia que poderia subverter a predominância de uma nova Ordem Liberal.

Esse pensamento pode ser sintetizado pelo termo Cortina de Ferro apresentado em 1946, o qual expressa uma reação a essa disseminação por meio da divisão da Europa em Ocidental e Oriental em dois complexos ideológicos, no qual a Cortina teria a função de evitar que se passasse essa ideologia para o lado Ocidental. Posteriormente, quando Truman realiza o discurso presidencial, posiciona os EUA enquanto garantidor de um mundo livre segundo a ótica liberal contra a possível absorção de Estados fragilizados pelos ideais comunistas.

Esse contexto político de fragilidade internacional será visto enquanto oportunidade para o complexo industrial-militar norte-americano e as elites econômicas em geral que saíram fortalecidas da Guerra e encontraram imensos espaços de atuação global. A burocracia da Segurança Nacional em conjunto com as elites políticas encontrou no Longo Telegrama<sup>115</sup>, de 1946, por George Kennan a sustentação conceitual com a elaboração da necessidade de se conter o Comunismo economicamente. Entretanto, com a posterior publicação de seu artigo na *Foreign Affairs*<sup>116</sup> e a apropriação de sua análise pela elite política que via a URSS enquanto ameaça a segurança norte-americana e aos seus respectivos interesses fez com que a contenção ganhasse caráter mais amplo e fortemente militar.

A política de contenção que é cunhada nesse momento se caracteriza por um conjunto de estratégias econômicas, militares e diplomáticas para conter a propagação do Comunismo. Essa política é voltada para a criação de um cordão sanitário que seria responsável por isolar o comunismo na zona direta de influência soviética, evitando assim o temido efeito dominó que supõe que a queda de um regime sobre a influência ideológica e política do comunismo faria com que outros países ficassem suscetíveis também a serem convertidos a essa ideologia.

Internamente, essa política de contenção pode ser caracterizada pelo macartismo que é a espionagem e a caça aos adeptos do comunismo por serem estes classificados enquanto ameaças diretas à segurança interna dos Estados Unidos. Externamente, no campo político, durante o governo Truman visualizamos a política de contenção na criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1949, para atrelar a

---

<sup>115</sup> Kennan. G. F. *The Long Telegram*. 1946. Disponível em: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/coldwar/documents/episode-1/kennan.htm>

<sup>116</sup> Kennan. G. F. "X". *The Sources of Soviet conduct*. In **Foreign Affairs**, XXV, Julho, 1947.

segurança europeia à norte-americana. Já no campo econômico, o Programa de Recuperação Europeia (Plano Marshall) é conhecido como extensão da Doutrina Truman. Esse programa foi constituído em 1947 e foi responsável por injetar quase 14 bilhões de dólares para a recuperação da Europa entre 1948 e 1952<sup>117</sup>.

Em 1950, pela primeira vez, a política de contenção é utilizada fora do continente europeu, sendo aplicada para a contenção do Comunismo que já havia se espalhado para a China e passava a se expandir na península coreana. Entretanto, é preciso ressaltar que durante certo momento houve o uso da estratégia *rollback*<sup>118</sup> com o intuito de se reverter o regime comunista na Coreia, o que não foi aceito pela URSS e China, chegando a um momento de inflexão no qual apenas a contenção seria possível.

O lado Sul da Coreia, que se alia aos Estados Unidos e ao Reino Unido, se respalda nas contribuições desses países, em especial do primeiro, para contra-atacar a ofensiva do Norte que era apoiado pela China e a União Soviética (esse conflito é uma síntese da Guerra Fria por ser uma “guerra por procuração”<sup>119</sup>).

O conflito termina em 1953 demarcando o paralelo 38 como a divisão de um povo que, a partir desse momento, estaria separado por dois regimes opostos. A vitória norte-americana foi parcial por não ter evitado a total dominação da península pelo Norte, mas também não ter conquistado a península para o Sul e encerrou em si fatores importantes para a construção do cenário de segurança na região.

O conflito na península coreana teve também como catalisador a política de ajuda norte-americana ao Japão<sup>120</sup>, a qual fez emergir preocupações securitárias na região em relação ao futuro da Manchúria, pois o apoio dos EUA ao Japão gerava na China e URSS a preocupação com possíveis reivindicações territoriais pelo Japão contra os dois Estados asiáticos. A própria Coreia esteve sob o controle do Japão durante longo período posterior aos conflitos mundiais.

Além disso, havia a percepção de que a conquista dessa península por parte de um dos lados garantiria controle de uma região estratégica que potencializaria a projeção de poder no Leste Asiático para o Estado que a dominasse ou a tivesse sob sua

---

<sup>117</sup> Gonçalves, Samo Sérgio. *A nova estratégia da política externa dos Estados Unidos no mundo pós-Guerra Fria*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Instituto de Relações Internacionais, 2004.

<sup>118</sup> Almeida, Adriano Pires de. *A mudança do paradigma da política externa dos Estados Unidos para a China no período de 1949 a 1953*. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2006.

<sup>119</sup> Karnal, Leandro; Moraes, Marcus Vinícius de; Fernandes, Luiz Estevam; Purdy, Sean. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 229.

<sup>120</sup> Almeida, Adriano Pires de. *A mudança do paradigma da política externa dos Estados Unidos para a China no período de 1949 a 1953*. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2006.

influência. Em adição, a negociação de acordos de segurança com as Filipinas e do próprio tratado ANZUS<sup>121</sup>, o qual seria firmado em 1951, entre Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia para a criação de uma aliança militar defensiva do Pacífico Sul acirrou os ânimos contra as potências comunistas que perceberam essas iniciativas norte-americanas como políticas para alteração da balança de poder na região que estava se tornando desfavorável aos EUA.

A relevância da Guerra da Coreia para a compreensão da política externa norte-americana para a região se deve ao fato dela representar um momento da ascensão hegemônica dos EUA sobre o Pacífico e o Sudeste Asiático. É nesse contexto que se encontra um rearranjo de alianças regionais no qual o Japão, ex-inimigo da Segunda Guerra Mundial, é atraído para a esfera norte-americana, assim como também, os refugiados chineses que se abrigaram na Ilha de Taiwan.

Por outro lado, a China continental se aproxima de Moscou e o Comunismo já rumava em direção à península coreana. Por essa razão, a Guerra da Coreia é uma ilustração perfeita do cenário do conflito bipolar que divide esse território que continha seus conflitos locais, mas que são externalizados dentro da ótica da Guerra Fria, e na qual a política de contenção se faz visível *in locu*.

Na compreensão dos fatos da Guerra da Coreia é relevante considerar as transformações políticas ocorridas na China quando em 1949 esta se torna Comunista em uma aproximação com o regime de Stalin. Essa revolução maoísta que ocorreria no país causaria certo temor nos EUA devido à disseminação de ideologia contrária na região, fazendo com que o país estreitasse os laços militares com alguns Estados da região para responder a um temido efeito dominó<sup>122</sup>.

A revolução chinesa afetaria o sentimento de “pertencimento da China<sup>123</sup>” que os norte-americanos tinham sobre esse país, inclusive pela China ter sido oposição ao Japão na Segunda Guerra Mundial, sendo um Estado importante dentro do contexto estratégico da região. A aproximação da República Popular da China (China continental) com a URSS acarretou na manutenção da República da China (restrita a Ilha de Taiwan, após 1949) como o membro oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas, realidade que só se alteraria em 1971 em contexto com a política de reaproximação com a China continental.

---

<sup>121</sup> Ibidem.

<sup>122</sup> Ibidem.

<sup>123</sup> Ibidem., p35.

O Plano Colombo que será lançado em 1951 é a faceta econômica da contenção na Ásia, este é uma versão reduzida do Plano Marshall voltado para os países do sul e sudeste asiático. Esse Plano quando comparado com a versão europeia demonstra claramente que no início da Guerra Fria o cenário estratégico mais importante era o Atlântico Norte, ainda que o Pacífico tivesse sua relevância. Entretanto, no decorrer dos anos, começa a se consolidar a divisão de poder no Atlântico Norte e na Europa com o avanço da reconstrução, enquanto que a Ásia-Pacífico representará região de maior volatilidade política<sup>124</sup>, sendo zona de maior disputa por poder. Tanto que depois da Segunda Guerra Mundial, a região da Ásia foi um dos palcos de maior morte por conflitos armados<sup>125</sup> devido aos diversos tipos de conflito que se instalaram na região.

Em 1952 Dwight D. Eisenhower chega à presidência norte-americana, o seu período de governo que se estende até 1960 é marcado pela militarização da economia, a qual passa por um esforço nacional que buscaria o equilíbrio no cenário internacional por meio das ações militares e da ajuda econômica. Em 9 de Março de 1957, o Parlamento norte-americano aprova a Doutrina Eisenhower, a qual defende que qualquer país poderia solicitar ajuda econômica ou militar aos Estados Unidos, caso seja agredido por um outro Estado.

Além disso, garantia o uso militar pelos EUA de suas forças quando o presidente considerasse que fosse detectada uma ameaça à segurança nacional. Essa Doutrina também premiava com ajudas financeiras os Estados que se dissessem contrários aos soviéticos e ao Comunismo em geral. De tal modo que essa política tinha o intuito de se posicionar contra os interesses soviéticos e também responder às crises no Oriente Médio e Próximo que ocorriam naquele momento, como a do Canal de Suez, além de embasar algumas operações na África.

Em relação à projeção do poder norte-americano na Ásia-Pacífico, os Estados Unidos continuaram seu processo de construção de alianças na região, investimento econômico e presença militar, ainda que o foco desse governo tenha sido no Oriente Médio e Próximo. Tanto que em 1955, em Bangkok na Tailândia, é constituída

---

<sup>124</sup> O termo volatilidade política faz referência à instabilidade poder na região por causa da alta rotatividade de potências predominantes na região que afetam diretamente o próprio estabelecimento do poder nacional desses Estados. Essa alta rotatividade em conjunto com as instabilidades locais cria essa situação de volatilidade política que abre margens para uma disputa acirrada pelo estabelecimento da predominância política tanto no âmbito externo regional, quanto entre as elites nesses Estados que estão mais vulneráveis as mudanças de potência predominante na região.

<sup>125</sup> Hinto, Harold C. *The United States and Extended Security Commitments: East Asia*. In: **Annals of the American Academy of Political and Social Science**. Vol. 457, National Security Policy for the 1980s, Setembro, 1981, p 88.



formalmente a Organização do Tratado do Sudeste Asiático (OTASE) com a participação de Austrália, França, Nova Zelândia, Paquistão, Filipinas, Tailândia, Grã-Bretanha e Estados Unidos com o intuito de conter o avanço do Comunismo no Sudeste Asiático.

Esperava-se que essa organização fosse uma versão asiática da OTAN, porém a Organização não prosperará e terá seu fim em 1977. Ainda assim, dentro do governo de Eisenhower, ela terá um grande impacto na região ao expandir institucionalmente a política de contenção iniciada em Truman para o Sudeste Asiático, por isso também a Doutrina desse presidente é caracterizada pelo caráter geográfico da expansão da política de contenção<sup>126</sup>. Os impactos da expansão dessa política podem ser observados nos protestos da União Soviética, China e Vietnã do Norte que criticaram a inserção de Laos, Camboja e Vietnã do Sul na esfera de ação da OTASE contrariando a Conferência de Genebra de 1954, segundo os países reclamantes.

A Cortina de Bambu, outro símbolo da política de contenção na Ásia, encarna em si as preocupações geográficas da política de contenção que esteve por detrás da criação da OTASE. Entretanto, a própria dinâmica securitária da região que ressalta as instabilidades políticas e das alianças militares na Ásia, fazem com que a própria Cortina de Bambu tenha sido flexibilizada e o termo menos utilizado, já que houve rupturas tanto dentro do bloco de alianças de países com a União Soviética, assim como também com os Estados Unidos.

Dentro desse desencadeamento de fatos na região que já vinha com a marca da Guerra da Coreia que terminará no início do mandato de Eisenhower, cada movimento e posicionamento estratégico na Ásia gerava reações devido ao clima de intensa disputa e de difícil consolidação do poder na região. Essa situação quando observada dentro do contexto de corrida armamentista que passava a se intensificar após o primeiro teste nuclear soviético em 1949, ano anterior ao início da escalada de violência na península coreana, a qual serviria enquanto meio para intimidar os soviéticos com o poderio norte-americano<sup>127</sup>. Após esse evento conflituoso e a elevação da competição nuclear nos anos seguintes se fundariam as raízes de uma possível Destruição Mútua Assegurada (MAD, sigla em inglês), ou seja, o medo das duas superpotências se destruírem e até

---

<sup>126</sup> Gonçalves, Samo Sérgio. *A nova estratégia da política externa dos Estados Unidos no mundo pós-Guerra Fria*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Instituto de Relações Internacionais, 2004.

<sup>127</sup> Almeida, Adriano Pires de. *A mudança do paradigma da política externa dos Estados Unidos para a China no período de 1949 a 1953*. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes. 2006, p50.

colocarem em risco o fim da humanidade caso esse potencial bélico fosse posto dentro de uma situação de conflito real.

O próximo presidente norte-americano, John F. Kennedy assumiu o governo norte-americano em 1961 e governou até 1963 (quando é assassinado), o seu mandato é marcado principalmente pela Crise dos Mísseis em Cuba e pelo início de maiores comprometimentos militares na Guerra do Vietnã. A Doutrina Kennedy pode ser retirada dos principais pontos formulados em seus discursos ao longo do seu governo, sendo o discurso inaugural, de 1961, um dos mais marcantes por definir o papel norte-americano na defesa do hemisfério ocidental.

Essa Doutrina desenvolvida ao longo de seu curto governo foi constituída através das respostas que o sistema demandava conforme a lógica securitária dos EUA, por essa razão o aumento de comunistas na América Latina e Central propiciou a retomada de princípios clássicos da política externa norte-americana, como a Doutrina Monroe<sup>128</sup> e o *Big Stick*<sup>129</sup> que afirmam ser a região uma zona estratégica dos EUA e, por isso haveria a possibilidade de responder mais vigorosamente às ameaças do Comunismo na região. Essa percepção é cristalizada também na Aliança para o Progresso<sup>130</sup> que envolve diversas medidas cooperativas na América Latina para garantir o posicionamento do Estados Unidos na região.

Já na Guerra do Vietnã, um conflito que se desdobrou na região vietnamita, cambojana e de Laos, a postura norte-americana se altera no governo Kennedy, pois os Estados Unidos já apoiavam a França a manter o seu domínio na Indochina francesa com consultores militares desde 1950, porém, com o fracasso francês em obter a vitória, os EUA passam a apoiar a ditadura de Diem e a se envolver gradualmente em termos de tropas a partir de 1961, tendo quase 18 mil soldados em 1963<sup>131</sup>, pautando-se na política de contenção contra o Comunismo que suportava o Ho Chi Minh e o Viet Cong<sup>132</sup> (grupo guerrilheiro contrário à ditadura que estava estabelecida no sul do país).

Desse modo, o governo Kennedy é caracterizado em termos de política norte-americana na Ásia como manutenção de certas diretrizes, por mais que o macro posicionamento estratégico do país tenha sido alterado; o papel e a política de contenção

---

<sup>128</sup> Vicentino, Cláudio; Dorigo, Gianpaolo. *História para o Ensino Médio: História Geral e do Brasil*. Ed. Scipione, 2001.

<sup>129</sup> Ibidem.

<sup>130</sup> Karnal, Leandro; Morais, Marcus Vinícius de; Fernandes, Luiz Estevam; Purdy, Sean. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 240.

<sup>131</sup> Ibidem.

<sup>132</sup> Ibidem.

na Ásia-Pacífico se mantiveram, ainda que o governo Kennedy tenha tentado injetar novos elementos dissuasórios além do nuclear na confrontação com o Comunismo, os quais seriam incorporados parcialmente no seguinte governo com o aumento da escalada de violência no Vietnã.

Lyndon B. Johnson assume a presidência dos Estados Unidos em 1963 e termina seu mandato em 1969. O seu governo é caracterizado pelo período da Guerra do Vietnã no qual se aumenta até o fim de 1968 o efetivo militar para em torno de 550 mil homens. Apesar de uma política social ampla internamente, externamente, na campanha do Vietnã houve um massacre que nada se conformava com o ambiente democrático dentro do país. Entretanto, inicialmente, os EUA empreenderam uma política de conquista de “corações e mentes” com propaganda e assistência social, mas essa política falha.

Esse contexto fez os EUA elevarem a escalada de intervenção e utilizar todo seu potencial militar contra o Vietnã do Norte<sup>133</sup> e seus apoiadores no Sul. Entretanto, o uso de táticas de guerrilhas e fórmulas de combates não convencionais fizeram com que o Viet Cong e o Ho Chi Minh contivessem o avanço dos Estados Unidos e os paralisassem nesse conflito asiático<sup>134</sup>.

O atoleiro da Guerra de Vietnã representa fortemente tendências que estavam submersas na sociedade, como o forte poder da mídia, a qual apresentou em tempo real o conflito que acabou por sensibilizar a população norte-americana e mundial quanto aos horrores da Guerra e, também, as forças sociais anti-sistêmicas que há muito já acirravam as contradições internas, mas que eram caladas pela força da política de contenção que ruía ideologicamente após o fracasso da Guerra do Vietnã.

Lyndon Johnson foi motivado a fazer esse esforço de Guerra na Indochina devido ao temor exposto pela teoria do dominó que afirmava a possibilidade de que após a conquista do Vietnã pelo Comunismo, essa ideologia concorrente teria mais potencial de penetração nos outros países da região. Essa situação dentro do contexto de Guerra Fria poderia enfraquecer demasiadamente a formação do Cordão Sanitário que visava a conter o Comunismo na zona direta de influência soviética.

Esta política de poder de Lyndon Johnson falha e, por essa razão, se inicia um período de contestação da hegemonia da potência americana. As disparidades entre o

---

<sup>133</sup> Karnal, Leandro; Moraes, Marcus Vinícius de; Fernandes, Luiz Estevam; Purdy, Sean. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.

<sup>134</sup> Ibidem.

poder dos EUA e de seus concorrentes no Vietnã eram drásticas, e mesmo assim não foi o suficiente para a obtenção dos objetivos do país. Tal situação afetará a compreensão do poderio norte-americano por parte dos outros Estados e, também, por parte da própria elite do país.

O jogo de poder bipolar, a conformação das relações dos Estados Unidos com os países da Ásia e as vantagens militares e tecnológicas serão relativizadas enquanto referências sobre a questão de poder na Ásia-Pacífico e no mundo, pois com o avanço de outras forças sistêmicas (como a globalização) que alteraram a lógica das capacidades necessárias, também se alterou a maneira como se projeta o poder de uma nação, mudanças que começaram a serem percebidas e incorporadas pelos EUA a partir de Nixon.

## Capítulo 3 – A Projeção de Poder dos Estados Unidos na Ásia-Pacífico da Guerra do Vietnã até o final da Guerra Fria

Richard Nixon é eleito presidente em 1969, tendo seu mandato se estendido até 1974. O governo transcorre em um momento pelo o qual os Estados Unidos tinham a sua política de contenção desacreditada devido às atrocidades e ao fracasso ocorrido na Guerra do Vietnã e, também, devido ao avanço do Comunismo na Indochina em 1975. Desse modo, o governo Nixon representará um momento de inflexão na política externa norte-americana<sup>135</sup> por causa do reconhecimento oficial de uma nova realidade de poder e da conjuntura política que passa por modificações tanto nacional quanto internacionalmente.

Internamente, a grande comoção gerada pelo desastre no Vietnã inflamou os ânimos da população<sup>136</sup> causando uma ruptura social em torno do consenso gerado pela política e a estrutura de contenção ao Comunismo. Externamente, emergiu um debate acerca do vigor e da potência norte-americana. Esse momento coincide com a recuperação de potências que haviam sido destruídas pela Segunda Guerra Mundial e, também, com o aparecimento relevante de novos atores no cenário internacional, como os países de terceiro-mundo, alguns destes organizados no bloco dos não alinhados (países que não se aliaram aos Estados Unidos, e nem à URSS), e também o começo da consideração de forças sociais (sociedade civil organizada) em nível internacional. Todos esses fatores serão relevantes na condução dos EUA nesse período.

A projeção de força de um país, sua capacidade militar, não será mais a única variável ou sempre a variável preponderante na distribuição de poder entre as nações. Um dos acontecimentos que alterará essa percepção é o Choque do Petróleo, crise econômica iniciada em 1973, que afetou a economia capitalista como um todo, inclusive a União Soviética que começava a se abrir ao capital. Essa crise demonstra o grande

---

<sup>135</sup> Gonçalves, Samo Sérgio. *A nova estratégia da política externa dos Estados Unidos no mundo pós-Guerra Fria*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Instituto de Relações Internacionais, 2004.

<sup>136</sup> Karnal, Leandro; Moraes, Marcus Vinícius de; Fernandes, Luiz Estevam; Purdy, Sean. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.

poder na mão dos países que controlam não apenas recursos, mas mercados estratégicos para a economia global.

Desse modo, o poder econômico se eleva enquanto fator decisivo para a projeção de poder e para as disputas estratégicas. Nesse contexto, um novo entendimento sobre o poder e a sua distribuição emerge. Um mundo no qual a globalização avança e as relações entre os países vão se conformando segundo a interdependência complexa<sup>137</sup>.

A realidade de interdependência não foi criada subitamente nesse período, mas o aumento de sua relevância para fins de consideração nessa pesquisa de projeção de poder se deve a constatação da multiplicação das interconexões globais e da aceleração dos fluxos financeiros, demográficos, de bens, serviços e de informações. Além disso, o tempo, o espaço, as prioridades e as próprias relações de poder passam a se alterar com o aperfeiçoamento de tecnologias de produção, comunicação e transportes que aprimoraram a qualidade e baratearam as transações internacionais de tal modo que se aumentou a dificuldade de se monitorar os fluxos que cruzam as fronteiras dos países<sup>138</sup>.

Essa nova realidade de espaços mais interconectados, maiores fluxos de transações, novas esferas de poder e interação social faz com que o poder não seja pautado só pelo *Hard Power* realista, mas sim que sejam acrescidos novos instrumentos tão eficazes quanto o militar para articular os diversos temas importantes para o Estado para que ele atinja seu objetivo. A negociação e a barganha se tornam instrumentos decisivos para a projeção de poder.

Desse modo, em uma realidade de interação social na qual existe a interdependência, ou seja, atores mutuamente dependentes, não significa que os benefícios e constrangimentos dessa relação sejam simétricos<sup>139</sup>. Ao contrário, normalmente, as relações são assimétricas, sendo por isso, possível a projeção de poder. Entretanto, para a compreensão da projeção de poder é necessário se ter em conta a sensibilidade, ou seja, o impacto das decisões de um Estado sobre o outro, e a vulnerabilidade que é medida em capacidade de se contornar essa sensibilidade<sup>140</sup>.

Nesse sentido, uma projeção de poder eficiente deve ter em conta as sensibilidades e vulnerabilidades dos atores em seus diversos temas de interesse para

---

<sup>137</sup> Keohane, Robert O; Nye, Joseph S. (1977). *Power and Interdependence*. 2ª edição. Nova York: Harper Collins Publishers, 1989.

<sup>138</sup> Ibidem.

<sup>139</sup> Ibidem.

<sup>140</sup> Ibidem.

que consiga explorar as fraquezas e os espaços de poder não ocupados para ter maiores recursos de barganha. Dessa maneira, a própria compreensão da balança de poder para a realidade estratégica a partir desse momento deverá observar principalmente os resultados das interações sociais de poder (sejam essas interações militares, políticas, econômicas, etc), pois a reputação e a quantidade de ganhos obtidos quando houver choques de interesses entre os Estados nessas interações serão responsáveis por demonstrar a habilidade de converter capacidades em poder concreto nessa nova conjuntura. Contudo, não se deve esquecer que o militar sempre será fator relevante na balança de poder na região devido às disputas por territórios, fronteiras e zonas de influência.

Nesse novo contexto, no qual emergem o Japão e a União Europeia enquanto novos centros econômicos mundiais junto aos EUA nessa nova distribuição de poder, a importância do poder econômico ainda não desqualifica o papel do poder militar, nem da relevância dos pontos estratégicos regionais na distribuição de poder e na própria dinâmica de projeção de poder norte-americano nesse período.

Entretanto, esse valor estratégico mais conectado ao lado militar fica preso à rígida divisão bipolar, a qual propiciava a estabilidade ao sistema internacional<sup>141</sup>, possibilitando que os outros Estados se concentrassem em outras preocupações. As preocupações geoestratégicas e militares serão novamente socializadas com os outros Estados, posteriormente, com o fim da bipolaridade e da percepção de uma hegemonia na região.

Essa nova configuração da realidade de poder em um mundo mais interdependente, logo após o fracasso norte-americano no Vietnã, fez emergir a concepção de uma ordem multipolar na região asiática na qual os pólos de poder regional seriam distribuídos, entre EUA, URSS, China e Japão<sup>142</sup>. Entretanto, essa mudança não foi automática, a conformação de um “triângulo estratégico” incluindo também a China na região já demonstrava a fluidez da bipolaridade na região<sup>143</sup>.

Desse modo, a balança de poder bipolar que havia na região aos poucos se transforma em um “triângulo estratégico” para a gradual conformação de uma balança

---

<sup>141</sup> Mearsheimer, John. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W. W. Norton, 2001; Waltz, Kenneth N. *Theory of International Politics*. New York: Columbia University Press, 1959.

<sup>142</sup> Barnett, A. Doak. *The New Multipolar Balance in East Asia: Implications for United States Policy*. In: **Annals of the American Academy of Political and Social Science**. Sage Publications, vol. 390, A New American Posture Toward Asia, pp. 73-83, julho, 1970.

<sup>143</sup> Ross, Robert S. *The Geography of the Peace: East Asia in the Twenty-First Century*. In: **International Security**. The MIT Press. Vol. 23, n. 4, pp. 81-118, spring, 1999.

multipolar na qual os atores principais são as duas superpotências em primeiro plano, a China em segundo plano e o Japão, por fim, compondo esse cenário estratégico no qual haverá fluidez, problemas e manobras para se acomodar a distribuição de poder. Entretanto, o principal benefício dessa nova balança de poder era devido aos conflitos entre pequenos Estados não se tornarem conflitos entre potências<sup>144</sup>.

Em certa medida, a própria configuração de uma ordem multipolar<sup>145</sup> na região da Ásia-Pacífico se deve a um impulso norte-americano de querer dividir os custos de estabilidade, segurança e desenvolvimento regional com outros países ao mesmo tempo em que países como Japão e China demonstram políticas mais autônomas e assertivas no cenário internacional.

Entretanto, esse impulso norte-americano, inicialmente, gera uma multipolaridade que visa a dividir os custos, mas não necessariamente o poder (os benefícios). Porém, a divisão dos custos de manutenção da ordem com o passar do tempo legitima outros atores a pleitear a divisão de poder e a requisição de expansão de suas zonas de influência.

Em 1967 é fundada por Tailândia, Filipinas, Malásia, Singapura e Indonésia a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), inicialmente, para fatores de defesa. Entretanto, a própria concepção do potencial econômico da região conjugado com as alterações no sistema internacional citadas acima fez com que gradualmente essa organização se voltasse para o campo econômico.

A gradual institucionalização na região permitiu que os países membros tivessem maior poder de barganha e de controle sobre suas próprias políticas dentro de uma balança de poder, seja ela bipolar ou multipolar, para que seus interesses sejam resguardados e seus objetivos alcançados. Posteriormente, Brunei, Vietnã, Myanmar, Laos e Camboja comporão a organização, tendo Papua-Nova Guiné e Timor Leste como observadores.

Em 1969, o presidente norte-americano apresenta em Guam a Doutrina Nixon (ou Doutrina Guam) com foco na Ásia-Pacífico, a qual tem como seus elementos centrais que: a) Os EUA irão manter todos os seus comprometimentos em termos de tratados na região, b) O uso do guarda-chuva nuclear para garantir a existência de um aliado ou Estado importante para a segurança ou estabilidade regional será mantido e c)

---

<sup>144</sup> Barnett, A. Doak. *The New Multipolar Balance in East Asia: Implications for United States Policy*. In: **Annals of the American Academy of Political and Social Science**. Sage Publications, vol. 390, A New American Posture Toward Asia, pp. 73-83, julho, 1970.

<sup>145</sup> Mearsheimer, John. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W. W. Norton, 2001.



em caso de outros tipos de ameaças, os EUA proverão suporte militar e econômico, mas alertam que o esforço principal para garantir a segurança deverá vir dos homens e investimentos do próprio país agredido<sup>146</sup>.

A Doutrina Nixon observa assim uma nova realidade de poder para a Ásia-Pacífico tendo em vista a situação dos EUA no Vietnã e a emergência de China e Japão enquanto potências regionais relevantes. Desse modo, para atenuar as críticas da opinião pública interna e reduzir os custos do país nessa região, o presidente Nixon anuncia a diminuição da presença norte-americana na Ásia-Pacífico. Entretanto, os EUA não se retiraram por completo como alguns analistas esperavam na época, mantendo, principalmente, presença econômica e de outros tipos na região. Inclusive, as próprias forças armadas serão mantidas em menor escala para assegurar a presença do país na região<sup>147</sup>.

Essa Doutrina teve forte impacto, inicialmente, pois passava a impressão de que os EUA realizariam uma retirada massiva da Ásia-Pacífico, o que romperia com a linha dos dois últimos presidentes e provavelmente poderia gerar um vácuo de poder que certamente seria ocupado por alguma potência regional, mas sem dúvidas alteraria drasticamente a balança de poder na região. Entretanto, os interesses norte-americanos nessa localidade são diversos e precisavam ser resguardados.

Segundo Frank C. Darling, os EUA ainda manteriam tropas na região por possuírem interesses na população, nos recursos naturais e na geografia do local<sup>148</sup>. As populações seriam importantes por representarem mercados consumidores e, também, por serem alvos de uma política de *Soft Power* na qual o país estabelece iniciativas para prevenir que essas populações possam vir a repelir regimes autoritários e serem mais favoráveis ao regime democrático.

No segundo ponto, os recursos naturais seriam fundamentais para o comércio e o desenvolvimento da nação e de sua economia como um todo. Por fim, a relevância geográfica se deve às rotas marítimas e pontos estratégicos contidos nela como o estreito de Malaca e o mar do sul da China que são relevantes para o comércio da Europa ocidental, do Oriente Médio, do Sul e Leste Asiático. Além de essa região conter diversos pontos estratégicos para a economia global, também, nela há a conexão

---

<sup>146</sup> Darling, Frank. *United States Policy in Southeast Asia: Permanency and Change*. In: **Asian Survey**. University of California Press, Vol. 14, No. 7, Jul., 1974, pp. 608-626.

<sup>147</sup> Bellows, Thomas J. *The United States and Southeast Asia*. In: **World Affairs**. World Affairs Institute. Volume 137, nº 2, 1974.

<sup>148</sup> Darling, Frank. *United States Policy in Southeast Asia: Permanency and Change*. In: **Asian Survey**. University of California Press, Vol. 14, No. 7, Jul., 1974, pp. 608-626.

entre o oceano Índico e o Pacífico e portos muito expressivos para a economia regional e global. Por esses motivos essa região se mantém importante para a política externa norte-americana que tem muito interesse em manter o equilíbrio de poder na Ásia-Pacífico<sup>149</sup>.

Os dois meios principais pelo qual os Estados Unidos projetam poder na região, o militar e o econômico, ainda que tenham diminuído devido à crise que se estabelece na política de poder norte-americano, continuam sendo relevantes enquanto instrumentos de projeção de poder na região. Entretanto, esse período é relevante por demonstrar a necessidade de se diversificar esses instrumentos ou o modo como são utilizados a fim de se manter sua legitimidade e real capacidade de se projetar poder eficientemente.

**Tabela 4 – Diminuição de militares norte-americanos de 1972 para 1973<sup>150</sup>**

<b>Pessoal militar norte americano</b>	<b>1972</b>	<b>1973</b>
Vietnã do Sul	171.000	225
Tailândia	32.000	45.000
Filipinas	18.000	15.000
Forças Navais na região	13.000	18.000
Coreia do Sul	43.000	42.000
Japão e Okinawa	74.000	58.000
Taiwan	9.000	9.000
Total de pessoal norte-americano na Ásia	361.000	187.000

A tabela acima reconhece a diminuição de militares, mas Darling considera que apesar disso outros instrumentos de política externa demonstraram o forte interesse norte-americano na região, como os de caráter oficial (diplomacia, forças armadas e economia), como também os instrumentos semioficiais (suporte do governo a grupos privados com iniciativas na Ásia) e, também, os instrumentos não oficiais (iniciativa privada, principalmente as grandes corporações em busca de novos mercados)<sup>151</sup>. Desse modo, a continuidade do interesse do país na região demonstra a real relevância desta para a política externa norte-americana.

<sup>149</sup> Bellows, Thomas J. *The United States and Southeast Asia*. In: **World Affairs**. World Affairs Institute. Volume 137, nº 2, 1974.

<sup>150</sup> Ibidem. pp. 614

<sup>151</sup> Ibidem.

Por fim, em 1972, haverá dois fatos que consagram a busca por um rearranjo norte-americano na região no qual o país pudesse se manter como balanceador do equilíbrio regional, diminuindo seus custos. Em Maio desse ano, as negociações que haviam iniciado em 1969 para o controle bélico dos EUA e URSS, o *Strategic Arms Limitations Talks* (SALT I), têm uma conclusão e estabelecem um marco no relacionamento entre as duas superpotências. Nesse mesmo ano, o encontro de Nixon com Mao Tsé-Tung na China representa um importante poder simbólico, pois demonstra a normalização das relações entre esses dois países e uma provável balança de poder regional desfavorável aos soviéticos.

Em 1974, Gerald Ford assume a presidência norte-americana em meio a uma forte crise econômica e ainda colhendo os frutos do fracasso na Guerra do Vietnã. Em termos de política externa, o seu governo é marcado pela ascensão do Congresso sobre os assuntos de política externa e uma contração do Executivo nessas questões. Essa alteração dos pesos internos sobre a política externa é um reflexo da falta de credibilidade do poder norte-americano frente aos acontecimentos que o debilitaram.

O governo Ford em relação à política de projeção de poder do país na Ásia-Pacífico pode ser caracterizado enquanto um período de reajustes iniciado no período de Nixon, dando continuidade à reaproximação dos EUA com a China e a atenuação das tensões com a URSS. Esses rearranjos confirmam o fim de uma balança de poder bipolar (Comunismo X Capitalismo) e o amadurecimento de uma balança de poder multipolar que se altera conforme as interações sociais entre os Estados também se alteram.

Essas interações sociais inclusive comprovam a impossibilidade em se manter uma Aliança como a OTAN no Sudeste Asiático devido ao rompimento gradual de uma lógica bipolar. Tanto que durante a Guerra do Vietnã quando os EUA haviam convocados seus aliados com o argumento do compromisso estabelecido na OTASE, apenas Austrália, Nova Zelândia, Filipinas e a Tailândia responderam com algumas tropas e algum outro tipo de ajuda. Desse modo, fica claro que a força por detrás da OTASE era os Estados Unidos e que os países componentes dessa aliança apenas participavam dela para utilizarem o poder de uma potência não regional para garantir sua autonomia frente às potências regionais<sup>152</sup>, ou no caso de França e Grã-Bretanha, utilizar o poder dos EUA para manter seus interesses na região.

---

<sup>152</sup> Mearsheimer, John. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W. W. Norton, 2001.

O alto custo e a ineficácia da OTASE para a política de projeção de poder norte-americana na região fez com que ela tivesse seu fim após o fim da Guerra do Vietnã no governo Ford em 1975, tendo suas funções encerradas definitivamente em 1976. O fim da Guerra do Vietnã também representa um momento embaraçoso para o governo Ford devido à retirada desordenada e o problema com a anistia aos desertores que só beneficiaria 1/5 dos cem mil enquadrados em tal situação<sup>153</sup>.

O mandato presidencial de Jimmy Carter tem a duração de 1977 até 1981. Em 1979, os prognósticos pareciam positivos quanto ao relacionamento com os soviéticos com a assinatura do SALT II (*Strategic Arms Limitation Talks II*) que previa a primeira redução significativa de armamentos estratégicos. Além disso, esse acordo bania novos programas de mísseis e do ponto de vista do equilíbrio armamentista parecia um importante avanço. Entretanto, esse acordo não teve a real adesão de ambas as partes levando-o ao fim totalmente em 1986.

As relações entre os EUA e a URSS tenderiam a se deteriorar quando seis meses depois da assinatura do SALT II, os soviéticos invadem o Afeganistão em 1979. Os soviéticos percebendo uma queda do poder norte-americano com o fracasso na Guerra do Vietnã, a retirada de tropas por meio da Doutrina Nixon e o gradual enfraquecimento da posição desse país no Sudeste Asiático com o fim da OTASE, acreditam ser esse o momento ideal para expandir sua zona de influência sobre o Afeganistão.

A invasão do Afeganistão terá um forte impacto na política externa norte-americana, fazendo com que o presidente exponha em Janeiro de 1980 a Doutrina Carter<sup>154</sup>, baseada na Doutrina Monroe<sup>155</sup>, que enfatiza o valor estratégico do Golfo Pérsico, dos recursos petrolíferos da região, das rotas marítimas que possibilitam o livre acesso do país a região e da extensão da hegemonia americana na região.

Abaixo será reproduzido um trecho do discurso sobre o Estado da União de 1980 no qual o presidente enunciará o centro de sua Doutrina na defesa dos interesses estratégicos do país:

*“The region which is now threatened by Soviet troops in Afghanistan is of great strategic importance: It contains more than two-thirds of the world's*

---

<sup>153</sup> Arraes, Virgílio. *Gerald Ford: seus herdeiros ainda no poder*. In: **Mundorama**. Brasília, Dezembro, 2006.

<sup>154</sup> Carter, Jimmy. *The State of the Union Address Delivered Before a Joint Session of the Congress*. Washington, DC. January 23, 1980. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=33079>, acessado em: 02/08/2013.

<sup>155</sup> Karnal, Leandro; Moraes, Marcus Vinícius de; Fernandes, Luiz Estevam; Purdy, Sean. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.

*exportable oil. The Soviet effort to dominate Afghanistan has brought Soviet military forces to within 300 miles of the Indian Ocean and close to the Straits of Hormuz, a waterway through which most of the world's oil must flow. The Soviet Union is now attempting to consolidate a strategic position, therefore, that poses a grave threat to the free movement of Middle East oil.*

*This situation demands careful thought, steady nerves, and resolute action, not only for this year but for many years to come. It demands collective efforts to meet this new threat to security in the Persian Gulf and in Southwest Asia. It demands the participation of all those who rely on oil from the Middle East and who are concerned with global peace and stability. And it demands consultation and close cooperation with countries in the area which might be threatened.*

*Meeting this challenge will take national will, diplomatic and political wisdom, economic sacrifice, and, of course, military capability. We must call on the best that is in us to preserve the security of this crucial region.”<sup>156</sup>.*

Nessa Doutrina fica claro que eventuais ameaças às zonas de recursos essenciais aos Estados Unidos poderão ser defendidos com o uso da força militar. Além disso, ela ressalta a relevância das rotas marítimas do oceano Índico e Pacífico para o acesso aos recursos vitais para o país. Uma das principais críticas a essa Doutrina era a incapacidade dos EUA projetarem sua força para a garantia dos seus interesses no Golfo Pérsico como enunciado no discurso.

Ainda assim, os EUA lançaram uma das maiores guerras secretas de sua história por meio da CIA ao recrutar membros da Al-Qaeda e do Talibã que conseguissem confrontar a invasão soviética. Os objetivos norte-americanos foram conseguidos, porém o futuro estabelecimento de um regime fundamentalista e antidemocrático na região viria a assombrar o país anos depois<sup>157</sup>. Ademais, outra medida contra a invasão do Afeganistão foi a não participação da delegação norte-americana nas Olimpíadas de Moscou.

No governo Carter, além da questão do Afeganistão, há outros pontos importantes para a política externa do país na Ásia-Pacífico. Em 1979, as relações entre EUA e China se normalizam com o pacto consular, fazendo com que as taxas de comércio crescessem vertiginosamente<sup>158</sup>. Em 1980, os dois países assinam acordos

---

<sup>156</sup> Carter, Jimmy. *The State of the Union Address Delivered Before a Joint Session of the Congress*. Washington, DC. January 23, 1980. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=33079>, acessado em: 02/08/2013.

<sup>157</sup> Karnal, Leandro; Moraes, Marcus Vinícius de; Fernandes, Luiz Estevam; Purdy, Sean. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.

<sup>158</sup> Greene, Fred. *The United States and Asia in 1980*. In: **Asian Survey**. University of California Press. Vol. 21, No. 1, A Survey of Asia in 1980: Part I, Jan., 1981, pp. 1-13.

militares para a modernização militar chinesa no intuito de que essa possa atuar no equilíbrio regional<sup>159</sup>.

Por fim, esse governo também é caracterizado por alguns conflitos econômicos entre EUA e Japão devido ao grande crescimento do último. Esse conflito econômico será marcado pelas barreiras levantadas pelos Estados Unidos contra a importação de automóveis japoneses para evitar o déficit na balança comercial do país<sup>160</sup>. Contudo, esses choques entre os dois países não alteram o posicionamento estratégico do Japão junto aos EUA na Ásia-Pacífico.

O governo do presidente Ronald Reagan que vai de 1981 até 1989 é marcado pela vitória do modelo norte-americano sobre o Comunismo, pela defesa e expansão do neoliberalismo, a busca pela superação do trauma nacional gerado no Vietnã com a substituição da política de contenção pela política de *rollback* (reversão), a qual teve seu caso mais exitoso com a invasão de Granada em 1983, revertendo um antigo regime comunista.

Já na Ásia-Pacífico, em 1981, pela primeira vez se organizam os exercícios anuais navais e terrestres combinados com base no *Five Power Defence Arrangements* (FPDA)<sup>161</sup> que havia sido assinado em 1971 entre EUA, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia, Malásia e Singapura com o intuito de ser um grupo consultivo caso ocorressem agressões externas à Malásia ou Singapura. Essa instituição crescerá em relevância para a estrutura securitária da região, posteriormente.

A Doutrina Reagan, a qual oficializou a postura externa norte-americana que já vinha sendo utilizada, será pronunciada no discurso sobre o Estado da União em 1985, no qual o presidente ressaltará o suporte às revoluções anticomunistas. Essa política, que já era utilizada anteriormente de maneira mais cautelosa e secreta, é explicitada com a incorporação de uma postura mais ofensiva contra o Comunismo<sup>162</sup>.

Na Ásia-Pacífico essa política teve um caráter mais ostensivo ao atuar para a retirada total da presença soviética no Afeganistão, no Camboja e na Indochina. Essa Doutrina se caracteriza pela “paz pela força”<sup>163</sup> e a busca pela confirmação de uma

---

<sup>159</sup> Ibidem.

<sup>160</sup> Ibidem.

<sup>161</sup> Langdon, Frank C. *Challenges to the United States in the South Pacific*. In: **Pacific Affairs**. University of British Columbia. Vol. 61, No. 1, spring, 1988, pp. 7-26.

<sup>162</sup> Gonçalves, Samo Sérgio. *A nova estratégia da política externa dos Estados Unidos no mundo pós-Guerra Fria*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Instituto de Relações Internacionais, 2004.

<sup>163</sup> Karnal, Leandro; Morais, Marcus Vinícius de; Fernandes, Luiz Estevam; Purdy, Sean. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.

hegemonia global. Esses esforços norte-americanos foram o golpe de misericórdia em uma já exaurida União Soviética que encontrava os limites sociais e econômicos de seu modelo de desenvolvimento em um mundo globalizado.

Tanto que em 1985 são percebidos os primeiros movimentos de reaproximação soviética com os norte-americanos<sup>164</sup>. Inclusive essa reaproximação seria o sinal que possibilitaria investidas ainda mais intensas contra o Comunismo. Entretanto, o fim da política de contenção e da necessidade de oposição direta<sup>165</sup> entre EUA e URSS fortifica a balança de poder regional multipolar que já vinha se estabelecendo na região desde o fim da Guerra do Vietnã e faz com que alguns países, como China e Japão, não percebam mais como necessária a grande participação norte-americana na região<sup>166</sup>.

Os desafios que emergem, principalmente no fim da Guerra da Vietnã, se intensificam e começam a requisitar uma nova abordagem de projeção de poder para a região que demorou ser compreendida. Durante o governo Reagan, tradicionais aliados como a Austrália e a Nova Zelândia encabeçaram uma alteração no sentimento securitário da região com o surgimento de um sentimento antinuclear, de políticas de defesas mais autoconfiantes e o crescente incomodo com a penetração de poderes externos na região<sup>167</sup>.

A partir dos anos 1970 surge na Nova Zelândia o interesse de se banir testes, armas e transportes bélicos de armas nucleares de sua região<sup>168</sup>, inclusive se tenta no Fórum do Pacífico Sul criar uma zona livre desses armamentos na região, porém a proposta não é endossada pelos outros membros, voltando a ganhar força só em 1983 com o apoio da Austrália<sup>169</sup>.

Em 1984, a Nova Zelândia passa a negar a presença de navios com material nuclear em seu mar, culminando no rompimento dos acordos de defesa com os Estados Unidos<sup>170</sup>. Logo após, em 6 de Agosto de 1985, é assinado o Tratado de Rarotonga que

---

<sup>164</sup> Gonçalves, Samo Sérgio. *A nova estratégia da política externa dos Estados Unidos no mundo pós-Guerra Fria*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Instituto de Relações Internacionais, 2004.

<sup>165</sup> Morgenthau, Hans J. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. Fifth Edition. New York: Alfred A. Knopf. 1978.

<sup>166</sup> Greene, Fred. *The United States and Asia in 1988: A Changing Environment*. In: **Asian Survey**. University of California Press. Vol. 29, No. 1, A Survey of Asia in 1988: Part I, Jan., 1989, pp. 89-100.

<sup>167</sup> Langdon, Frank C. *Challenges to the United States in the South Pacific*. In: **Pacific Affairs**. University of British Columbia. Vol. 61, No. 1, spring, 1988, pp. 7-26.

<sup>168</sup> Ibidem.

<sup>169</sup> Soares, Aldagisa; Leite, Davi; Filho, José Costa; Furtado, Nayara. *Mecanismos Regionais de Controle da Proliferação de Armas Nucleares – A Proposta de uma Zona Livre de Armas Nucleares no Oriente Médio*. In: **Cadernos de Relações Internacionais**. PUC Rio/ IRI, v. 3, n. 1, 2010.

<sup>170</sup> Langdon, Frank C. *Challenges to the United States in the South Pacific*. In: **Pacific Affairs**. University of British Columbia. Vol. 61, No. 1, spring, 1988, pp. 7-26.

institui a Zona Livre Nuclear do Pacífico Sul<sup>171</sup>, sendo que esse acordo entrou em vigor em 1986. Esse tratado banuiu o uso, teste, fabricação e a posse de armas nucleares dentro da zona estabelecida<sup>172</sup>. No entanto, devido à pressão norte-americana, o transporte de material nuclear não ficou banido, ainda que, a Nova Zelândia passe a exigir vistoria nesses navios.

O estabelecimento dessa Zona Livre de Armamentos Nucleares é fruto de um sentimento de autoconfiança nas políticas nacionais e regionais de defesa, alterando assim, as prioridades que esses países tinham com os EUA para a busca de alternativas locais<sup>173</sup>. Desse modo, até aliados tradicionais como a Austrália, Nova Zelândia e algumas ilhas do pacífico começam a diversificar suas opções de relacionamento com o Japão, China e URSS<sup>174</sup>. Essa alteração de percepção vai ao encontro de um modelo regional estabelecido pelo Japão com os países do entorno e que tornará cada vez mais atrativo buscar o crescimento e desenvolvimento econômico por via de relações regionais.

Em 1988, após a viagem do secretário de defesa norte-americano para alguns países da região obteve-se um saldo negativo. Já que foi detectada a percepção entre os líderes nacionais da região de que os EUA fossem uma potência em declínio devido aos desequilíbrios no comércio com o Japão, os Tigres Asiáticos (Coreia do Sul, Singapura, Taiwan e Hong Kong) e alguns outros países com economias quentes, como a Tailândia<sup>175</sup>.

A percepção acima também contribuiu para a busca da autonomia dos países da região frente aos EUA e ao temor norte-americano de que pontos e aliados estratégicos possam sair da sua esfera de influência. Desse modo, esse cenário na Ásia-Pacífico se constituiu enquanto um desafio político que o país terá que lidar no pós-Guerra Fria.

---

<sup>171</sup> Ibidem.

<sup>172</sup> Soares, Aldagisa; Leite, Davi; Filho, José Costa; Furtado, Nayara. *Mecanismos Regionais de Controle da Proliferação de Armas Nucleares – A Proposta de uma Zona Livre de Armas Nucleares no Oriente Médio*. In: **Cadernos de Relações Internacionais**. PUC Rio/ IRI, v. 3, n. 1, 2010.

<sup>173</sup> Langdon, Frank C. *Challenges to the United States in the South Pacific*. In: **Pacific Affairs**. University of British Columbia. Vol. 61, No. 1, spring, 1988, pp. 7-26.

<sup>174</sup> Ibidem.

<sup>175</sup> Greene, Fred. *The United States and Asia in 1988: A Changing Environment*. In: **Asian Survey**. University of California Press. Vol. 29, No. 1, A Survey of Asia in 1988: Part I, Jan., 1989, pp. 89-100.



## Capítulo 4 – A Projeção de Poder dos Estados Unidos no Pós-Guerra Fria até o fim do Governo Clinton

A Guerra Fria é um período da projeção de poder norte-americano caracterizado pelo forte uso de instrumentos simbólicos, sejam eles militares, econômicos ou políticos para atuar na conquista de mentes e corações<sup>176</sup>, assim como para amedrontar investidas adversárias e evitar a dissensão dentro do bloco aliado. Dentre os vários exemplos de projeção de poder simbólica podemos citar alguns expressivos como a Iniciativa Estratégica de Defesa (projeto Guerra nas Estrelas) do presidente Reagan em construir um escudo antimíssil que praticamente deixaria o país impenetrável contra ameaças de mísseis, assim como, outras demonstrações de poder simbólico como a reaproximação com a China no governo Nixon ou o sucesso em implementar o modelo formal de democracia e economia no Japão e Coreia do Sul.

Entretanto, o período da Guerra Fria também é conhecido pelo o uso dos instrumentos de cunho mais militar de projeção de poder como nos casos da Guerra da Coreia, da Guerra do Vietnã ou da reversão completa de regimes comunistas como fora em Granada. Além disso, a projeção de poder econômico sempre foi instrumento valioso na relação de compra de aliados ao propiciar ajuda econômica para obter espaço para operar bases militares ou suporte para certas políticas no cenário internacional<sup>177</sup>.

Outro relevante instrumento de projeção de poder foi a cultura norte-americana, principalmente a cultura de consumo enraizada no sistema de livre comércio e nos direitos políticos estabelecidos na democracia liberal. A eficácia desses e de outros instrumentos de projeção de poder norte-americano em certa medida se deve à forte articulação<sup>178</sup> realizada pelo Estado entre os recursos<sup>179</sup> territoriais e também os obtidos no exterior dos Estados Unidos conjugados com um sentimento de aprovação obtido

---

<sup>176</sup> Morgenthau, Hans J. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. Fifth Edition. New York: Alfred A. Knopf. 1978.

<sup>177</sup> Stevenson, Charles H. *Us Foreign Policy in Shoutheast Asia: Implications for Current Regional Issues*. In: **Contemporary Southeast Asia**. Institute of Southeast Asian Studies (ISEAS). Vol. 14, n 2, pp. 87-111, september, 1992.

<sup>178</sup> Mello, Leonel Itaussu Almeida. *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: Hucitec/Edusp, 1999. (Retomando a ideia adaptada de Ratzel tratada no Capítulo 1)

<sup>179</sup> Waltz, Kenneth N. *Theory of International Politics*. New York: Columbia University Press, 1959. (Recursos enquanto capacidades em termos de Waltz).

legitimamente ou pela força no cenário interno (entre sua população) e internacionalmente sob um eixo securitário centralizador da política externa, o qual transformava esses elementos em recursos práticos de poder por meio da política de contenção ou de reversão, dependendo do momento, ambas pautadas no anticomunismo.

A Guerra Fria consegue unir assim a visão de dois grupos distintos e fortes no seio de sua política externa, os de alguns industriais e influentes militares (complexo industrial-militar) de influência realista e o dos internacionalistas<sup>180</sup> de influência liberal. Essas visões são condensadas na política de contenção, ainda que de forma que se contradigam, na necessidade do forte militarismo para a defesa do livre mercado e da democracia universalmente. Além dessas há outras correntes, como a isolacionista que dentro de um contexto de política global norte-americana não é tão relevante para essa pesquisa e a daqueles que defendem a primazia nos pós-Guerra Fria<sup>181</sup>.

Durante o período da Guerra Fria os dois primeiros grupos exerceram influência sobre a política externa dos EUA, sendo que de 1946 a 1954 haverá a predominância daqueles que acreditam que o país deveria impor suas vontades por meios militares<sup>182</sup>. Contudo, a partir de Eisenhower os instrumentos de projeção de poder militar e econômico passam a atuar em maior equilíbrio, sendo que no governo Kennedy percebe-se a expansão dessa diversidade de instrumentos e no mandato de Nixon é declarado o fim da intervenção direta enquanto instrumento de projeção de poder dos Estados Unidos na Ásia<sup>183</sup>.

Independentemente dos instrumentos, políticas e estratégias utilizadas por cada governo é perceptível que entre os objetivos principais de seu uso estava a promoção da democracia e da prosperidade<sup>184</sup> enquanto meios para se integrar esses países a Ordem Liberal Internacional, evitando assim a expansão do Comunismo para esses países.

Desse modo, essa junção entre ações realistas e liberais quase sempre projetando o seu poder de maneira unilateral, insensível e com relativo grau de impunidade<sup>185</sup>

---

<sup>180</sup> Stevenson, Charles H. *Us Foreign Policy in Shoutheast Asia: Implications for Current Regional Issues*. In: **Contemporary Southeast Asia**. Institute of Southeast Asian Studies (ISEAS). Vol. 14, n 2, pp. 87-111, september, 1992.

<sup>181</sup> Posen, Barry e Ross, Andrew L. *Competing visions for US grand strategy*. In: **International Security**, v. 21, nº 3, 1996-97.

<sup>182</sup> Stevenson, Charles H. *Us Foreign Policy in Shoutheast Asia: Implications for Current Regional Issues*. In: **Contemporary Southeast Asia**. Institute of Southeast Asian Studies (ISEAS). Vol. 14, n 2, pp. 87-111, september, 1992.

<sup>183</sup> Ibidem.

<sup>184</sup> Ibidem.

<sup>185</sup> Ibidem.

contribuiu para a exposição das contradições entre discurso e ação tanto para os contribuintes, quanto para os aliados na Ásia-Pacífico que encontraram alento, mas também a desolação em sua relação com os norte-americanos.

Segundo Stevenson, a maior contradição da Guerra Fria teria sido a promoção de um sistema político-econômico global por parte dos Estados Unidos em um contexto de contra-economia, ou seja, em um contexto no qual há resistência política e econômica a promoção de determinado sistema. Desse modo, defender os direitos humanos, a liberdade econômica e política com a violência em locais onde há forte oposição interna, ainda mais quando está é amparada por outra superpotência tende a deslegitimar a moral defendida pelo outro lado<sup>186</sup>.

Tanto que a afinidade ideológica e cultural com a Europa fez com que as relações entre os aliados norte-americanos ainda que não fosse fácil ocorresse de maneira muito mais natural do que no Sudeste ou Leste Asiático. Os reflexos disso são que mesmo que a Ásia-Pacífico tenha sido o maior teatro de operações na Guerra Fria com o maior custo de vidas e de credibilidade política, esta recebeu menos recursos do que a Europa por parte dos americanos.

Além disso, a partir dos anos 1970 cada vez mais o peso econômico da Ásia-Pacífico na economia norte-americana passa a crescer e as rotas que ligam o Oriente Médio à costa virada para o Pacífico do país se tornam ainda mais relevantes. No entanto, o fracasso no Vietnã ocasionou uma política de diminuição da presença do país no Sudeste Asiático, e uma redução menos significativa no Leste Asiático<sup>187</sup>.

Desse modo, passa a preponderar uma divisão de responsabilidades com os países da região junto à busca por um concerto asiático que se caracteriza pela ascendência pós 1973 de uma balança de poder multipolar com os EUA e URSS em primeiro plano, a China em destaque em segundo plano seguida por um Japão forte economicamente com a acomodação dos outros Estados nessa lógica.

Essa nova postura norte-americana, de adaptação a uma ordem multipolar, propiciou um ambiente de maior estabilidade na região, mas que ainda é marcado pelas contradições da política exterior do país. Em adição, a percepção de uma possível redução do poder dos Estados Unidos com a consequente ocupação de espaços

---

<sup>186</sup> Ibidem.

<sup>187</sup> Betts, Richard K. *Wealth, Power, and Instability: East Asia and the United States after the Cold War*. In: **International Security**. The MIT Press. Vol. 18, n. 3, pp. 34-77, winter, 1993-1994.

anteriormente ocupados pelos EUA por China e Japão modifica a distribuição de poder regional, demandando novas estratégias de projeção de poder dos EUA.

As principais mudanças nesse equilíbrio regional serão sentidos com o fim da Guerra Fria, quando a União Soviética se retira para se focar mais em seus problemas internos nesse contexto de presença limitada dos EUA na região. Desse modo, vácuos de poder se apresentam possibilitando principalmente a expansão chinesa na região, mas em certa medida japonesa também em termos econômicos<sup>188</sup>. Por fim, o desmoronamento da URSS representou o fim de uma das forças que mais possibilitavam a coesão da política externa norte-americana, assim como o fim de uma potência que continha a China na região.

Entretanto, há de se reconhecer que a política de projeção militar e econômica dos Estados Unidos na Guerra Fria já vinha há muito tempo consumindo os recursos da nação, desde seu dinheiro até as vidas e o apoio popular. A compreensão dessa realidade por parte de Reagan o fez adotar uma política que almejou restaurar o moral nacional e que futuramente ao regionalizar a lógica securitária e de poder que estavam concentradas no âmbito global propicia uma nova divisão dos custos e benefícios no sistema internacional.

Nesse período da Guerra Fria de modos diversos serão mantidos os objetivos nacionais dos Estados Unidos que retomam as necessidades pela qual Mahan defendeu o desenvolvimento do poder marítimo do país para aprimorar justamente a busca desses objetivos universais: a estabilidade, o comércio e o acesso<sup>189</sup> aos investimentos e aos mercados<sup>190</sup>.

Os objetivos acima continuaram a serem defendidos no pós-Guerra Fria, adicionando-se a democracia em alguns casos, e a compreensão deles se deve também a maneira pela qual esses objetivos se fundem com os de segurança gerando os binômios economia e segurança e/ ou democracia e segurança. Essa conexão visa justamente a reduzir as vulnerabilidades do país em relação aos atores externos conforme o processo de interdependência avança e partes dos recursos que incidem diretamente sobre as fontes do poder nacional se encontram fora do alcance territorial do Estado, fazendo

---

<sup>188</sup> Ibidem; Ross, Robert S. *The Geography of the Peace: East Asia in the Twenty-First Century*. In: **International Security**. The MIT Press. Vol. 23, n. 4, pp. 81-118, spring, 1999.

<sup>189</sup> Nesse texto, muitas vezes se referirá a essa ideia de acesso aos mercados, aos investimentos e aos recursos apenas pela palavra acesso.

<sup>190</sup> Stevenson, Charles H. *Us Foreign Policy in Shoutheast Asia: Implications for Current Regional Issues*. In: **Contemporary Southeast Asia**. Institute of Southeast Asian Studies (ISEAS). Vol. 14, n 2, pp. 87-111, september, 1992.

com que este projete poder para adquiri-los ou para proteger os meios de aquisição ou ainda a prioridade sobre essas aquisições de interesse nacional.

Ademais, essa conexão também visa a reduzir as ameaças internacionais, pois ao conectar democracia e comércio à segurança será perseguida a propagação material e ideológica das preferências norte-americanas sobre esses sistemas para que se crie um sistema internacional mais estável nos moldes liberais, reduzindo as ameaças para os Estados Unidos.

O fim da Guerra Fria é relevante para se entender as transformações que se seguem, sendo que este pode ser estabelecido, dependendo da abordagem, com a chegada de Gorbachev ao poder soviético em 1985, ou com a queda do muro de Berlim em 1989 ou o próprio fim da União Soviética em 1991. Independentemente do referencial assumido deve-se compreender que o fim dessa superpotência foi um processo que culminaria no “triunfalismo” norte-americano pela vitória na Guerra Fria<sup>191</sup>.

Segundo Francis Fukuyama teria se chegado ao fim da História, pois a competição entre modelos e ideologias alternativas teria chegado ao fim em 1989 tamanho era o sentimento de euforia em relação à predominância na disputa global da democracia liberal e do capitalismo de mercado<sup>192</sup> em conjunção com a expansão dos mesmos para as novas fronteiras do globo.

Além deste processo que levou a URSS ao fim, seria desencadeado outro a partir de sérias decisões que também devem ser compreendidas em uma perspectiva de alteração na compreensão dos Estados Unidos sobre o novo mundo que se desvendava e também do mundo sobre os novos, mas nem tão novos assim, Estados Unidos que se apresentavam aos novos desafios e demandas globais.

No intuito de se compreender os recentes rumos da projeção de poder norte-americano nessa fase da política internacional serão discutidas algumas abordagens, percepções e teorizações relacionadas a esse momento de transição pelo o qual o sistema internacional passa. Em termos de política interna, o governo do presidente George H. W. Bush será reconhecido como o governo de transição e por mais que este seja conhecido como o presidente da política externa, ele encarnará em si o sentimento de autoconfiança, mas também de incertezas sobre como conjugar o novo papel que foi

---

<sup>191</sup> Gonçalves, Samo Sérgio. *A nova estratégia da política externa dos Estados Unidos no mundo pós-Guerra Fria*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Instituto de Relações Internacionais, 2004.

<sup>192</sup> Fukuyama, Francis. *The End of History?* .In: **The National Interest**, Summer, 1989.

demandado pela Comunidade Internacional com a nova postura do país perante seus interesses nacionais.

As incertezas desse novo mundo seriam expressas na necessidade maniqueísta advinda do período da Guerra Fria em enxergar o mundo conforme dois pólos, um bom e outro mal, na busca de novos inimigos que pudessem vir a justificar os altos gastos militares<sup>193</sup>, porém nenhum inimigo a altura dos soviéticos foi encontrado nesse período.

Em 1992, Joseph Nye apresentou a ideia de interdependência de níveis múltiplos na qual as interações sociais entre os Estados se dariam por camadas. Desse modo, haveria uma camada de poder militar, outra de poder econômico e uma de interdependência transnacional<sup>194</sup>, sendo que essa última camada representa justamente uma realidade de fragmentação de ameaças. Destarte, a constatação dessa realidade fez com que ajustes fossem necessários na política dos Estados Unidos para que a sua liderança se fizesse útil, como fora no período anterior.

Essa divisão em camadas realizada por Nye pode ser compreendida dentro de uma realidade na qual a mudança da bipolaridade para a unipolaridade torna a dimensão estratégica de competição global menos relevante<sup>195</sup>, ou seja, não há rivais para os EUA na camada de poder militar. Desse modo, a unipolaridade global coincidirá com a multipolaridade regional<sup>196</sup> e a intervenção dos EUA em uma região não mais será guiada pela lógica de conflito global, mas sim pela de interesses específicos no local.

Nesse sentido de revalorização do regional em um contexto de unipolaridade global é que as balanças de poder regionais<sup>197</sup> possuirão maior caráter explicativo por apresentarem dinâmica própria ao invés de reproduzirem em maior grau a balança de poder global bipolar como no período da Guerra Fria. Dessa forma, deve-se compreender como que se relacionam a balança de poder global e regional nessa pesquisa.

O pós-Guerra Fria é relevante por ressaltar que uma balança de poder global ocorre em termos de projeção de poder, e por essa razão é definido nesse trabalho enquanto balança de projeção de poder, pois a principal característica do confronto

---

<sup>193</sup> Gonçalves, Samo Sérgio. *A nova estratégia da política externa dos Estados Unidos no mundo pós-Guerra Fria*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Instituto de Relações Internacionais, 2004.

<sup>194</sup> Nye, Joseph S. *What New World Order?*. In: **Foreign Affairs**. Vol. 71, pp. 83 – 96, spring, 1992.

<sup>195</sup> Betts, Richard K. *Wealth, Power, and Instability: East Asia and the United States after the Cold War*. In: **International Security**. The MIT Press. Vol. 18, n. 3, pp. 34-77, winter, 1993-1994.

<sup>196</sup> Ibidem.

<sup>197</sup> Mearsheimer, John. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W. W. Norton, 2001.

bipolar como do unipolarismo posterior é que as superpotências dominantes possuem capacidades de projetar seu poder em diversos cenários globais que não seja o seu, tanto que o governo Clinton justificará os cortes com gastos militares ressaltando a manutenção do país ainda poder lutar duas guerras em cenários distintos naquele período.

A relação íntima da balança de projeção de poder com a balança de poder regional<sup>198</sup> é constatada no fato que normalmente as potências capazes de atuar na primeira terão alguma relevância mesmo que em segundo plano em determinada balança regional, como é o caso dos Estados Unidos na Ásia-Pacífico.

Na compreensão do quadro desse novo período que se apresenta é fundamental retomar o alto custo para a política externa norte-americana que envolvia agir nos moldes realistas ao manter alianças, utilizar instrumentos de intervenção direta e todo o esforço para se equilibrar a balança de poder quando se há outras prioridades também para o Estado. De tal modo que esses custos sempre crescentes ainda mais com o fim da Guerra Fria fizeram com que o pensamento liberal que já vinha ganhando força desde o fim da Guerra do Vietnã viesse a predominar nos governos Bush (pai) e Clinton.

Desse modo, a estratégia da Segurança Cooperativa, que tem como sua ferramenta analítica o liberalismo e a noção de paz indivisível e é de enorme interesse norte-americano<sup>199</sup>, encontra nas instituições e na ação coletiva o melhor meio de se defender os interesses dos EUA e, por conseguinte, o melhor meio de esse país projetar o seu poder. Essa percepção será contrastada pelo engajamento seletivo dos realistas que propunham o envolvimento militar em cenários estratégicos para se assegurar os interesses da nação<sup>200</sup>.

Desse modo, segundo os liberais, um crescimento econômico da China é positivo para a economia global, forçando o país a se ajustar aos princípios e valores globais. Já segundo, a concepção realista, uma China mais rica é um perigoso inimigo para os EUA e para a subversão da balança de poder na região<sup>201</sup>. Entretanto, justamente pelo custo de controlar a balança de poder ser muito alto, necessita-se de soluções de cunho mais liberal para os problemas de poder.

---

<sup>198</sup> Ibidem.

<sup>199</sup> Gonçalves, Samo Sérgio. *A nova estratégia da política externa dos Estados Unidos no mundo pós-Guerra Fria*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Instituto de Relações Internacionais, 2004.

<sup>200</sup> Ibidem.

<sup>201</sup> Betts, Richard K. *Wealth, Power, and Instability: East Asia and the United States after the Cold War*. In: **International Security**. The MIT Press. Vol. 18, n. 3, pp. 34-77, winter, 1993-1994.

A crítica realista mais válida se deve a perda do pragmatismo estratégico em relação a determinados países como a China que contou com um ambiente regional de poder relativamente favorável ao seu contínuo crescimento devido à busca norte-americana pelo engajamento desse país no sistema a qualquer custo ao invés do estabelecimento de um engajamento mais orientado com os interesses norte-americanos que poderia ter ocorrido por meio de um jogo de poder.

Desse modo, a visão preponderante no *establishment* norte-americano é a da abordagem da primazia. Essa perspectiva ressalta que só a hegemonia garante a estabilidade, de modo que a unipolaridade deve ser mantida, sendo a paz resultante desse equilíbrio de poder. Assim sendo, a primazia envolve a defesa da democracia liberal e do livre mercado que seriam essenciais para um mundo mais pacífico e para os interesses norte-americanos, mas sem se esquecer da importância das alianças e da predominância militar do país nos diversos tipos de cenário possível<sup>202</sup>.

A primazia é o novo consenso que se estabeleceu na política dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria, sendo uma abordagem política que ressalta os valores liberais e o papel estratégico dos militares na abordagem realista. Entretanto, essa abordagem diverge de princípios básicos do realismo que é o equilíbrio de poder ao defender que esse desequilíbrio na unipolaridade seria mais satisfatório do que a bipolaridade defendida por pensadores realistas<sup>203</sup>.

Por essa razão é necessário trazer um comparativo entre a política de contenção que prezava pelo equilíbrio de poder e a da primazia que encontra suas origens na política de *rollback* (reversão) que já objetivava a busca pela unipolaridade.

**Tabela 5 - quadro comparativo da política de contenção e de primazia<sup>204</sup>**

	<b>Guerra Fria</b>	<b>Pós-Guerra Fria</b>
<b>Sistema de Segurança</b>	Bipolar – nível global Bipolaricêntrico <sup>205</sup> – nível	Unipolar – nível global Multipolar <sup>206</sup> ou Bipolar <sup>207</sup>

<sup>202</sup> Guimarães, Cesar. *A política externa dos Estados Unidos: da primazia ao extremismo*. In: **Estudos Avançados**. Vol.16 n.46 São Paulo Sept./Dec. 2002

<sup>203</sup> Waltz, Kenneth N. *Theory of International Politics*. New York: Columbia University Press, 1959; Mearsheimer, John. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W. W. Norton, 2001.

<sup>204</sup> Tabela apresentada em relatório apresentado pela Organização não governamental Project for a New American Century (2000), p. 14. Disponível em <http://www.projectforanew.org> apud Gonçalves, Samo Sérgio. *A nova estratégia da política externa dos Estados Unidos no mundo pós-Guerra Fria*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Instituto de Relações Internacionais, 2004, p.81. (com adaptações de minha responsabilidade quanto ao nível regional da polaridade)



	regional	– nível regional <sup>208</sup>
<b>Objetivo Estratégico</b>	Conter União Soviética	Preservar a <i>Pax Americana</i>
<b>Principal(ais) Missão(ões) Militar(es)</b>	Impedir Expansionismo Soviético	Proteger e Expandir Zonas de Paz Democrática; Impedir Surgimento de Potência Rival; Defender Regiões Estratégicas; Aproveitar Transformação Tecnológica dos Meios de Guerra;
<b>Principal(ais) Ameaça(s) Militar(es)</b>	Uma Guerra Global Espalhada por Várias Regiões;	Diversas Guerras Regionais Espalhadas pelo Mundo;

O governo de George H. W. Bush que ocorreu entre 1989 e 1993 é reconhecido enquanto o governo de transição entre esses dois períodos históricos, além de ser o presidente responsável por estabelecer a Nova Ordem Global pautada na unipolaridade e nos princípios e valores liberais.

O presidente Bush também foi o primeiro a se utilizar da primazia. O seu uso político se devia justamente como visto acima para a manutenção da unipolaridade, ou seja, não seria utilizada para vencer guerras, mas sim para evitá-las (estabilidade hegemônica). Desse modo, a percepção da supremacia militar dos Estados Unidos em qualquer lugar do mundo deveria ser considerada para se evitar a contestação de sua predominância<sup>209</sup>.

<sup>205</sup> Um Sistema Bipolicêntrico no período da Guerra Fria pode começar a ser observado em nível regional a partir dos anos 1970. Esse sistema é caracterizado pela existência de dois pólos centrais, mas que são fluidos, havendo a existência de pólos menores nessa distribuição de poder. Fonte: Kegley, Charles; Wittkopf, Eugene. *American Foreign Policy: Pattern and Process*. 5ª ed. New York: St. Martin's Press, 1996.

<sup>206</sup> Betts, Richard K. *Wealth, Power, and Instability: East Asia and the United States after the Cold War*. In: **International Security**. The MIT Press. Vol. 18, n. 3, pp. 34-77, winter, 1993-1994.

<sup>207</sup> Ross, Robert S. *The Geography of the Peace: East Asia in the Twenty-First Century*. In: **International Security**. The MIT Press. Vol. 23, n. 4, pp. 81-118, spring, 1999.

<sup>208</sup> Há visões diferentes quanto à polaridade regional na Ásia, mas essa pesquisa optará por uma balança de poder regional desequilibrada conforme os termos de Mearsheimer. Desse modo, os EUA seriam o ator externo que possibilitariam o equilíbrio dessa multipolaridade desequilibrada. Fonte: Mearsheimer, John. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W. W. Norton, 2001.

<sup>209</sup> Gonçalves, Samo Sérgio. *A nova estratégia da política externa dos Estados Unidos no mundo pós-Guerra Fria*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Instituto de Relações Internacionais, 2004.

Em 1992, o *New York Times* revela partes do DPG (*Defense Planning Guidance*) que circulava por entre os corredores do Pentágono se referindo à adoção da primazia em termos não palatáveis politicamente por conter em grande medida aquele sentimento “triumfalista” com a vitória da Guerra Fria que poderia exalar a arrogância do poder para a Comunidade Internacional e a preocupação do contínuo envolvimento militar dos EUA no mundo que seria contestado internamente<sup>210</sup>.

Após o vazamento do documento o governo teve de reformular aos olhos do público a percepção dessa nova política norte-americana. Entretanto, o cunho mais militar da primazia é sentido no anterior envolvimento desse presidente com a Primeira Guerra do Golfo no qual os EUA com o apoio da Comunidade Internacional invadem territórios no Oriente Médio para resguardar a estabilidade e os interesses do hegemon.

O próprio envolvimento norte-americano no Oriente Médio nesse governo fez com que a Ásia-Pacífico se mantivesse em segundo plano<sup>211</sup>. Contudo, o principal problema para a projeção de poder norte-americano nesse período é a falta de conhecimento<sup>212</sup> sobre as tendências regionais devido ao olhar global que os EUA possuíam sobre as regiões, faltando tratar aquelas questões como questões personalizadas daqueles povos e daquela política regional.

Tanto que durante esse período os Estados Unidos tendem a sobrevalorizar a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC, sigla em inglês) enquanto um mecanismo regional que resguardaria os interesses econômicos do país na região<sup>213</sup>. Entretanto, não considera os sentimentos nacionais dos países que estão desconfiados com a política de poder norte-americano na região após a sua tradição unilateralista e contraditória na Guerra Fria.

Ademais, países como a Indonésia, Malásia e China que possuem maiores pretensões de expandir sua influência na região são contrários à presença dessa potência externa na região, enquanto Brunei, Singapura e alguns outros membros da ASEAN são mais favoráveis à presença do país na região por acreditarem nos benefícios estabilizadores que sua presença traz<sup>214</sup>.

---

<sup>210</sup> Ibidem; Kegley, Charles; Wittkopf, Eugene. *American Foreign Policy: Pattern and Process*. 5ª ed. New York: St. Martin's Press, 1996.

<sup>211</sup> Betts, Richard K. *Wealth, Power, and Instability: East Asia and the United States after the Cold War*. In: **International Security**. The MIT Press. Vol. 18, n. 3, pp. 34-77, winter, 1993-1994.

<sup>212</sup> Stevenson, Charles H. *Us Foreign Policy in Shoutheast Asia: Implications for Current Regional Issues*. In: **Contemporary Southeast Asia**. Institute of Southeast Asian Studies (ISEAS). Vol. 14, n 2, pp. 87-111, september, 1992.

<sup>213</sup> Ibidem.

<sup>214</sup> Ibidem.

Ainda assim, quando houve o conflito entre China e Vietnã sobre as ilhas Spratly no qual 100 marinheiros vietnamitas morreram, os EUA preferiram não interferir<sup>215</sup>. Ausentando-se de uma questão que incide diretamente sobre a estratégica rota marinha do mar do sul da China, sem considerar o efeito de transbordamento que essa questão poderia ter para outras disputas de territórios marítimos na região. Ademais, a própria China não é percebida enquanto uma ameaça devido aos diversos acordos, e visões em comum acerca da necessidade de estabilidade regional, da importância das rotas marítimas abertas e da exploração e acesso aos recursos regionais<sup>216</sup>.

Já em relação ao Leste Asiático, os EUA possuem uma postura vaga sobre Taiwan ao preferir não demonstrar muito partido<sup>217</sup>. Japão, Coreia do Sul e o próprio Taiwan percebem como positivas a presença norte-americana na região, mas temem sua gradativa retirada. Esse temor inclusive proporcionou uma reaproximação da Coreia do Sul e do Japão com a China<sup>218</sup>.

De 1993 a 2001 é o período de mandato de Bill Clinton, o qual manteve a estratégia da primazia de seu antecessor, mas com um caráter mais liberal que propiciou o estabelecimento de sua própria Doutrina política ao fazer com que por meio do discurso a primazia se torne mais palatável ao público interno e externo com o objetivo de restaurar a imagem do poder norte-americano<sup>219</sup>.

Em Setembro de 1993, Clinton assessorado por Anthony Lake lança a estratégia de Engajamento e Expansão que viria a ser conhecida como a Doutrina Clinton. Pautada no argumento da paz democrática, essa Doutrina sustentou que democracias de livre mercado estariam mais propensas à cooperação e por essa razão a defesa desses pressupostos traria mais segurança aos EUA<sup>220</sup>.

Essa política coloca os Estados Unidos em um papel de liderança e de indispensabilidade benigna, já que passam a atuar como promotor de uma política internacional mais construtiva que envolveria ganhos múltiplos. Essa Doutrina

---

<sup>215</sup> Ibidem.

<sup>216</sup> Ibidem.

<sup>217</sup> Betts, Richard K. *Wealth, Power, and Instability: East Asia and the United States after the Cold War*. In: **International Security**. The MIT Press. Vol. 18, n. 3, pp. 34-77, winter, 1993-1994.

<sup>218</sup> Stevenson, Charles H. *Us Foreign Policy in Shoutheast Asia: Implications for Current Regional Issues*. In: **Contemporary Southeast Asia**. Institute of Southeast Asian Studies (ISEAS). Vol. 14, n 2, pp. 87-111, september, 1992.

<sup>219</sup> Gonçalves, Samo Sérgio. *A nova estratégia da política externa dos Estados Unidos no mundo pós-Guerra Fria*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Instituto de Relações Internacionais, 2004.

<sup>220</sup> Ibidem.

possibilita a difícil conciliação entre o interesse particular da nação e o universal ao buscar a legitimidade e certo bem coletivo de tal modo que a Doutrina de Segurança Nacional é ampliada para além da esfera militar<sup>221</sup>.

A relevância prática dessa Doutrina na Ásia-Pacífico é o aumento da ênfase que Clinton dá às instituições da região<sup>222</sup>, seguindo um caminho iniciado no governo anterior. Nesse sentido, o mais marcante é o fortalecimento da APEC em seu governo<sup>223</sup> e o fortalecimento da política de acordos bilaterais que seu antecessor também realizava. Desse modo, ainda que o avanço das iniciativas multilaterais seja relevante e em expansão no governo Clinton, para a Ásia-Pacífico as relações bilaterais<sup>224</sup> apresentam maior significância por fortalecer parcerias estratégicas do país na região.

Na perspectiva da projeção de poder norte-americano, os acordos bilaterais são responsáveis por criar uma “rede estratégica de parcerias” na qual há um ponto central (EUA) que se conecta com diversos Estados por meio de acordos, sem necessariamente os outros Estados estarem conectados entre si. Ademais, esses acordos e mecanismos bilaterais foram responsáveis por revalorizar as fontes do poder norte-americano que foram invertidas parcialmente no período da Guerra Fria.

Durante a Guerra Fria houve uma forte conexão entre o poder norte-americano e a sua capacidade de angariar alianças e países ao seu bloco econômico. Desse modo, passava-se a ideia de que as fontes do poder norte-americano estariam no externo e na sua capacidade de demonstrar esse poder, enquanto que sua raiz está verdadeiramente na capacidade econômica que possibilita a geração de riquezas e sua conversão em capacidade militar<sup>225</sup>.

Dessa maneira, o governo Clinton é fundamental para a projeção de poder por causa da revitalização das bases do poderio norte-americano e a recuperação da percepção externa do país perante o seu poder na Comunidade Internacional. Entretanto, o mesmo sucesso obtido na revitalização do poder nacional não pode ser atribuído com tanta certeza quando se trata de sua projeção.

---

<sup>221</sup> Guimarães, Cesar. *A política externa dos Estados Unidos: da primazia ao extremismo*. In: **Estudos Avançados**. Vol.16 n.46 São Paulo Sept./Dec. 2002

<sup>222</sup> Betts, Richard K. *Wealth, Power, and Instability: East Asia and the United States after the Cold War*. In: **International Security**. The MIT Press. Vol. 18, n. 3, pp. 34-77, winter, 1993-1994.

<sup>223</sup> Gonçalves, Samo Sérgio. *A nova estratégia da política externa dos Estados Unidos no mundo pós-Guerra Fria*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Instituto de Relações Internacionais, 2004.

<sup>224</sup> Scalapino, Robert A. *The Changing Order in Northeast Asia and The Prospects for U.S.-Japan-China-Korean Relations*. Prepared for a joint East-West Center/Pacific Forum seminar. Honolulu, August 13–28, 1998. Disponível em: <http://igcc.ucsd.edu/assets/001/501215.pdf>

<sup>225</sup> Kennedy, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

O presidente Clinton recebeu críticas severas por intervir internacionalmente em lugares onde o interesse nacional não estava em jogo por causa do suporte de grupos internos, como em Somália. Entretanto, percebe-se que a própria política traçada pelo presidente envolveria correr riscos em nome do interesse da Comunidade Internacional, porém isso não alterou os impactos negativos gerados pelas perdas de vidas de soldados americanos em lugares de baixo interesse nacional.

Em adição, devem ser considerados alguns equívocos gerados nessa política da primazia de projeção de poder no governo Clinton, como a baixa cautela em relação aos acordos estabelecidos com a China e a sua própria política flexível em relação ao posicionamento de Pequim. Contudo, essa mesma cautela foi mantida pelo lado chinês ao se relacionar com os americanos.

Entretanto, Clinton objetivava empreender na China, uma política semelhante à utilizada com a Alemanha e o Japão de aumentar os acordos e a interdependência entre as nações a tal ponto que elas pudessem se integrar, sendo que esse processo beneficia principalmente o pólo mais forte dessa integração, ainda que os ganhos dos outros também sejam considerados<sup>226</sup>.

A política de engajamento chinês na economia de livre mercado e de integração com a norte-americana cresceu rapidamente, fazendo com que a China rivalizasse com o Japão em termos de trocas comerciais em 1998<sup>227</sup>. Ademais, o aprofundamento das relações fez com que Clinton dissesse os três não em sua visita à China: “Não ao princípio de duas chinas, não a independência de Taiwan e não a participação de Taiwan enquanto Estado soberano em organizações internacionais”<sup>228</sup>.

Essa política de inserção construtiva chinesa ao sistema internacional nos moldes norte-americanos propiciou que o país se adequasse melhor as condições internacionais e até pudesse manter seu crescimento, mas não teve os mesmos efeitos que os acordos com o Japão na região quanto à expansão de um ambiente favorável a projeção de poder norte-americano.

---

<sup>226</sup> Gonçalves, Samo Sérgio. *A nova estratégia da política externa dos Estados Unidos no mundo pós-Guerra Fria*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Instituto de Relações Internacionais, 2004.

<sup>227</sup> Scalapino, Robert A. *The Changing Order in Northeast Asia and The Prospects for U.S.-Japan-China-Korean Relations*. **Prepared for a joint East-West Center/Pacific Forum seminar**. Honolulu, August 13–28, 1998. Disponível em: <http://igcc.ucsd.edu/assets/001/501215.pdf>

<sup>228</sup> Scalapino, Robert A. *The Changing Order in Northeast Asia and The Prospects for U.S.-Japan-China-Korean Relations*. **Prepared for a joint East-West Center/Pacific Forum seminar**. Honolulu, August 13–28, 1998. Disponível em: <http://igcc.ucsd.edu/assets/001/501215.pdf>

A abordagem da primazia que guiou de modo diferente as políticas dos dois presidentes abordados nesse período pós-Guerra Fria ainda que desconsidere a balança de poder por se pautar pela manutenção da unipolaridade e da hegemonia norte-americana, ela não consegue eliminar a existência real da balança de poder na Ásia-Pacífico em termos regionais devido à existência de potências com poder de atuação e influência em seu entorno mesmo em um mundo unipolar.

A balança de poder regional na Ásia-Pacífico ao final do governo Clinton pode ser considerada como uma balança de poder regional desequilibrada<sup>229</sup> por haver a emergência de uma potência potencial que não poderia ser rivalizada nem pelo Japão e nem pela Rússia, em parte devido às suas capacidades atuais que mesmo sendo consideráveis, não englobam a união das capacidades necessária para fazer frente à China.

Como será demonstrado no caso norte-americano será necessário para uma boa projeção de poder no pós-Guerra Fria um bom balanço entre força militar, economia vigorosa e reputação internacional. Desse modo, *Soft* e *Hard Power* se combinam enquanto recursos de poder necessário para essa nova atualidade. A Rússia possui forte poder militar mais debilitava dos demais, enquanto o Japão possui forte poder econômico e reputação internacional, mas lhe falta o poderio militar.

Além disso, as questões geográficas também dificultam um equilíbrio na Ásia-Pacífico por parte de Rússia e Japão<sup>230</sup>. Desse modo o que torna essa balança de poder equilibrada é justamente a projeção de poder marítimo dos Estados Unidos na região que cria uma oposição entre potência terrestre e potência oceânica que permitem um equilíbrio de raízes geográficas do poder na região<sup>231</sup>.

Entretanto, ao contrário de Ross que considera uma balança de poder bipolar entre China e EUA<sup>232</sup>, nessa pesquisa será mantida a definição de uma balança de poder multipolar equilibrada, pois não é possível desconsiderar o poder do Japão e da Rússia na região, assim como outros países que influenciam de certo modo na lógica de poder local, como a Coreia do Sul e a Índia.

Desse modo, o caráter geográfico é sim elemento estabilizador dessa balança de poder entre China e EUA, mas a existência desses outros pólos, seja alinhando-se aos

---

<sup>229</sup> Mearsheimer, John. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W. W. Norton, 2001.

<sup>230</sup> Ross, Robert S. *The Geography of the Peace: East Asia in the Twenty-First Century*. In: **International Security**. The MIT Press. Vol. 23, n. 4, pp. 81-118, spring, 1999.

<sup>231</sup> Ibidem.

<sup>232</sup> Ibidem.

principais, ou seja, criando alternativas permite aprimorar o equilíbrio ou até desequilibrar essa balança de poder.

Ainda que o governo de Bill Clinton não tenha jogado o jogo de poder realista na Ásia-Pacífico de maneira tradicional é evidente que o país se fez presente, seja por meio dos acordos bilaterais para manter ou fortalecer alianças e comprometimentos políticos dos países com as políticas norte-americanas, ou seja, por meio do fortalecimento de organizações multilaterais como a APEC.

Esse modelo de projeção de poder adotado pelo governo Clinton com vistas a fortalecer a unipolaridade e realizar a política de primazia norte-americana projeta poder por meio de instrumentos mais sutis e eficientes para legitimar o país enquanto um provável líder global frente aos desafios e ameaças fragmentadas que surgem nesse novo mundo pós-Guerra Fria.

Por fim, a projeção de poder no governo Clinton falha em reconhecer os perigos de uma China forte e em não utilizar uma abordagem seletiva nas relações com esse país. Entretanto, esse governo consegue revitalizar as bases do poder dos Estados Unidos e dar um passo importante frente à necessidade de se adaptar a novas formas de se projetar o poder.

# Conclusão

A projeção de poder, como tratada no Capítulo 1, ocorre dentro de um contexto de interação social no qual há pelo menos dois atores envolvidos nessa relação. Desse modo, essas entidades políticas agem interna e externamente por meio de políticas. Externamente será por meio de sua política externa que pode ser de poder, humanitária, cooperativa, etc. Por essa razão, a projeção de poder enquanto uma política externa de poder também pode e deve ser avaliada em termos de seus objetivos e resultados.

Nesse intuito, será desenhada uma tabela na qual se encontra as fases da política de poder norte-americano, ou seja, o nome dado à relação de poder que se estabelece entre os Estados Unidos e o mundo em nível global. Desta forma, como essa pesquisa se debruça por um momento histórico de balança de poder global bipolar e unipolar, as fases da política de poder norte-americano serão traçadas com base no relacionamento com a superpotência opositora e depois em um mundo sem rivais nesse nível.

Contudo, seria um equívoco considerar as relações de poder em nível global sem destacar as relações de poder estabelecidas pelos Estados Unidos em seu nível regional. Nesse caso, a região escolhida foi a Ásia-Pacífico por ter se tornado vital para os interesses estratégicos dos EUA por causa dos recursos, rotas, mercados, ameaças e instabilidades relevantes para a perspectiva sistêmica americana e que exigem sua presença na região.

A percepção do poder norte-americano no mundo é extremamente interessante, pois ela expressa uma percepção, ou seja, um sentimento da Comunidade Internacional que não necessariamente condiz com a real capacidade de poder dos Estados Unidos, mas que interfere diretamente na sua capacidade de projetar poder e na distribuição de poder em termos práticos. Tanto que são nos períodos em que é percebido um declínio de poder dos Estados Unidos que eles tendem a se tornar mais seletivos na sua atuação no meio internacional para depois passarem por um momento de recuperação do prestígio nacional. Enquanto que nos momentos de aumento constante de poder do país, este provavelmente agirá de maneira mais atuante e até em certos casos arrogantes devido à confiança em seu poder nacional.

Ainda que a tabela abaixo não fale por si só, ela traz alguns elementos relevantes para se estabelecer uma sólida compreensão da projeção de poder dos Estados Unidos



no período estudado. A tabela permite visualizar de um lado a balança de projeção de poder, abordada no Capítulo 1, que faz referência a uma balança de poder global e, por outro lado, como esta se comunica com a balança de poder regional<sup>233</sup> para configurar a distribuição e a lógica de poder na Ásia-Pacífico.

Quando a balança de projeção de poder for bipolar e quanto mais rígido esse bipolarismo for, maior será a polarização do mundo entre esses dois pólos e maior será a liberdade para se utilizar o poder militar com baixo nível de constrangimento em zonas disputadas. Desse modo, uma maior rigidez na balança de projeção de poder global torna as balanças de poder regionais reféns da distribuição de poder em nível mundial por causa da alta capacidade dessas superpotências em projetar seu poder mesmo tendo que lidar com o poder parador de águas<sup>234</sup> ou outras dificuldades geográficas.

Nesse sentido, observar a coluna “Tipo de Balança de Poder na Ásia-Pacífico” na tabela abaixo diz muito sobre a própria situação da balança de poder global. Dessa maneira, percebe-se que a própria bipolaridade gradualmente vai se tornando menos rígida até o seu fim em 1989.

A constatação acima permite que seja inferido que do final da Segunda Guerra Mundial até o final da Guerra Fria ocorreu uma diminuição do poder dos EUA e da URSS. Entretanto, essa constatação deve ser observada com cautela, pois o poder das superpotências não necessariamente decresceu, mas sim houve a revitalização das potências destruídas pela guerra e a emergência de novos atores relevantes no meio internacional.

Essa compreensão nos faz perceber porque cada vez mais se elevam os custos de manutenção de uma balança de projeção de poder bipolar rígida. De tal modo que os grandes custos de sua manutenção passam a consumir as fontes de poder nacional que deveriam ser empregados para a multiplicação desse poder e passam a ser empregados para a sustentação de um poder simbólico que se distancia de sua base de poder concreto.

O emprego equivocado das fontes de poder para uma política de poder simbólico de tão alto custo levou a URSS a ruína e os EUA a terem um decréscimo em seu poder, mas que devido à dinamicidade de sua economia pôde ser recuperado posteriormente no governo Clinton que montou uma estratégia para potencializar os ganhos e tentar reduzir os custos da manutenção da Ordem Internacional por parte dos EUA.

---

<sup>233</sup> Mearsheimer, John. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W. W. Norton, 2001.

<sup>234</sup> Ibidem.

O aumento de autonomia e de relevância da lógica de poder regional dificulta a missão de se projetar poder por parte dos Estados Unidos por exigir que o poder seja projetado de modo mais difuso e fragmentado, envolvendo maior nível de seletividade e a necessidade por cooperação e por manutenção do prestígio internacional. Desse modo, a projeção de poder político, econômico e cultural se torna cada vez mais uma ferramenta útil e que supera o uso da projeção de força na busca dos objetivos desejados.

No caso dos Estados Unidos, a projeção de poder deve ser avaliada com fins a se alcançar os objetivos tradicionais da política externa do país: estabilidade, democracia<sup>235</sup>, comércio e acesso aos investimentos, mercados consumidores, recursos, etc. Esses objetivos são fundamentais para o país porque incidem diretamente na sua capacidade de sobreviver, assim como, na sua capacidade de maximizar poder, pois com o aumento da interdependência e o surgimento de novas necessidades, os Estados são impelidos a buscar fontes para seu poder internacionalmente por meio do comércio.

Por essa razão, a emergência de uma superpotência global, de uma potência regional e de qualquer ação que ameace a estabilidade, o comércio e o já referido acesso (e em alguns casos os valores democráticos) do país será motivo para o exercício da projeção de poder. Tanto que por muitas vezes para se evitar uma projeção de poder reativa, a qual poderia ser mais legítima, os EUA optam por uma projeção de poder ativa e continuada para que seus interesses estejam sempre assegurados.

Por fim, tendo em vista o exposto acima, a projeção de poder dos Estados Unidos na Ásia-Pacífico tem como objetivos: a) garantir a estabilidade da região, ou seja, evitar o surgimento de um poder comparável ao seu e que possa alterar o equilíbrio de poder global ao se tornar uma hegemonia regional; b) garantir o livre comércio na região para que as fontes de seu poder sempre se renovem com maior geração de riqueza; e c) garantir o acesso aos recursos essenciais para a economia do país, aos investimentos que podem ser realizados, aos mercados consumidores e às rotas marítimas que são essenciais para o transporte de petróleo e outros recursos.

Nesse sentido, economia e segurança se unem na projeção de poder marítimo, político e econômico na Ásia-Pacífico para que os objetivos na região sejam assegurados. Dessa forma, uma política de projeção eficiente na região tem que estar sempre adaptada ao contexto global e regional para que o país possa contribuir para o

---

<sup>235</sup> Esse objetivo será em alguns momentos perseguidos mais ou menos conforme o governo e os interesses do país.

local ao mesmo tempo em que assegure seus interesses com fim de legitimar sua presença na região.

**Tabela 6 – Tabela demonstrativa das relações de poder dos Estados Unidos na Ásia-Pacífico dentro do período pesquisado**

<b>Fases da Política de Poder Norte-Americano<sup>236</sup></b>	<b>Presidentes Norte-Americanos</b>	<b>Tipo de Balança de Poder Global</b>	<b>Tipo de Balança de Poder na Ásia-Pacífico</b>	<b>Fases da Projeção de Poder na Ásia-Pacífico</b>	<b>Percepção do poder Norte-Americano no Mundo</b>
Confrontação de 1947 a 1962.	Truman, Eisenhower e Kennedy.	Bipolar.	Bipolar rígida.	Política de Contenção – Prioridade dos instrumentos militares (com a gradual emergência dos instrumentos econômicos).	Aumento do Poder dos Estados Unidos.
Coexistência de 1963 a 1969.	Kennedy e Johnson.	Bipolar.	Bipolar flexível (relevância da China).	Política de Contenção – Instrumentos de projeção de poder diversificados.	Do aumento para a estabilização do Poder dos Estados Unidos.
Détente 1969 a 1979.	Nixon, Ford e Carter.	Bipolar.	Bipolar flexível até 1973; Multipolar equilibrada depois.	Política de Contenção – Instrumentos de projeção de poder diversificados (predominância dos econômicos).	Declínio do Poder dos Estados Unidos.
Confrontação renovada 1979 a 1985.	Carter e Reagan.	Bipolar.	Multipolar equilibrada.	Política de Contenção – Equilíbrio entre instrumentos militares e econômicos.	Aumento do Poder dos Estados Unidos.
Retomada de Diálogo 1985 a 1989.	Reagan.	Bipolar.	Multipolar equilibrada.	Política de Contenção – Instrumentos de projeção de poder diversificados (predominância dos	Aumento do Poder dos Estados Unidos.

<sup>236</sup> As Fases da Política de Poder Norte-Americano diz respeito à postura do país frente ao jogo de poder internacional do momento. Essa coluna foi inspirada parcialmente em: Pecequillo, S. C. *A política externa dos Estados Unidos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. Entretanto, a tabela, assim como a escolha de sua organização é de minha inteira responsabilidade.

				econômicos).	
“Triunfalismo hegemônico” de 1989 a 1993.	Bush.	Unipolar.	Multipolar equilibrada.	Política de Primazia – Os principais instrumentos são o militar e os econômicos.	Inicia-se com um sentimento de aumento de poder, mas que na verdade escondia um relativo declínio do Poder dos Estados Unidos que passa a ser sentido posteriormente.
“Nova hegemonia” de 1993 a 2001.	Clinton.	Unipolar.	Multipolar equilibrada.	Política de Primazia – Projeção de poder por via da liderança de instituições e do poder econômico e político.	Aumento do Poder dos Estados Unidos.

# Bibliografia

- Almeida, Adriano Pires de. *A mudança do paradigma da política externa dos Estados Unidos para a China no período de 1949 a 1953*. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes. 2006.

- Arraes, Virgílio. *Gerald Ford: seus herdeiros ainda no poder*. ISSN 2175- 2052, Brasília, Dezembro, 2006.

- Barnett, A. Doak. *The New Multipolar Balance in East Asia: Implications for United States Policy*. In: **Annals of the American Academy of Political and Social Science**. Sage Publications, vol. 390, A New American Posture Toward Asia, pp. 73-83, julho, 1970.

- Bellows, Thomas J. *The United States and Southeast Asia*. In: **World Affairs**. World Affairs Institute. Volume 137, nº 2, 1974.

- Betts, Richard K. *Wealth, Power, and Instability: East Asia and the United States after the Cold War*. In: **International Security**. The MIT Press. Vol. 18, n. 3, pp. 34-77, winter, 1993-1994.

- Blair, Dennis C. *Military Power Projection in Asia*. In: **Strategic Asia 2008-2009: Challenges and Choices**. The National Bureau of Asia Research. Washington, 2009.

- Carter, Jimmy. *The State of the Union Address Delivered Before a Joint Session of the Congress*. Washington, DC. January 23, 1980. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=33079>, acessado em: 02/08/2013.

- Costa, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

- Darling, Frank. *United States Policy in Southeast Asia: Permanency and Change*. In: **Asian Survey**. University of California Press, Vol. 14, No. 7, Jul., 1974, pp. 608-626.

- Dias, Carlos Manuel Mendes. *Geopolítica. Teorização Clássica e Ensinos*. Lisboa: Editora Prefácio, 2005.

-Diniz, Eugenio. *Política Internacional: Guia de estudos das abordagens realistas e da balança de poder*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2007. (Coleção Estudos em Relações Internacionais)

- Evans, Michael. *Power and Paradox: Asian Geopolitics and Sino-American Relations in the 21<sup>st</sup> Century*. In: **Foreign Policy Research Institute**, may, 2009.

- Fiori, José Luís. *O Poder Global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

- Fukuyama, Francis. *The End of History?* .In: **The National Interest**, Summer, 1989.
- Gonçalves, Samo Sérgio. *A nova estratégia da política externa dos Estados Unidos no mundo pós-Guerra Fria*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Instituto de Relações Internacionais, 2004.
- Greene, Fred. *The United States and Asia in 1980*. In: **Asian Survey**. University of California Press. Vol. 21, No. 1, A Survey of Asia in 1980: Part I, Jan., 1981, pp. 1-13.
- Greene, Fred. *The United States and Asia in 1988: A Changing Environment*. In: **Asian Survey**. University of California Press. Vol. 29, No. 1, A Survey of Asia in 1988: Part I, Jan., 1989, pp. 89-100.
- Guimarães, Cesar. *A política externa dos Estados Unidos: da primazia ao extremismo*. In: **Estudos Avançados**. Vol.16 n.46 São Paulo Sept./Dec. 2002
- Hamilton, Alexander; Jay, John; Madison, James. *Os Artigos Federalistas, 1787-1788*. São Paulo, Nova Fronteira.
- Herz, John. *Idealist internationalism and the security dilemma*. In: **World Politics**, v. 2, n. 2, pp. 157 – 180, Jan. 1950.
- Hinto, Harold C. *The United States and Extended Security Commitments: East Ásia*. In: **Annals of the American Academy of Political and Social Science**. Vol. 457. National Security Policy for the 1980s. Setembro, 1981.
- Hobbes, T. *Leviatã: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Coleção Os Pensadores).
- Karnal, Leandro; Moraes, Marcus Vinícius de; Fernandes, Luiz Estevam; Purdy, Sean. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.
- Kegley, Charles; Wittkopf, Eugene. *American Foreign Policy: Pattern and Process*. 5ª ed. New York: St. Martin's Press, 1996.
- Kennan. G. F. *The Long Telegram*. 1946. Disponível em: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/coldwar/documents/episode-1/kennan.htm>
- Kennan. G. F. "X". *The Sources of Soviet conduct*. In **Foreign Affairs**, XXV, Julho, 1947.
- Kennedy, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- Keohane, Robert O; Nye, Joseph S. *Power and Interdependence*. 2ª edição. Nova York: Harper Collins Publishers, 1989.

- ˆ Ladwig III, Walter C. *India and Military Power Projection: Will the Land of Ghandi Become a Coventional Great Power?*. In: **Asia Survey**. Vol. 50, nº 6, pp. 1162–1183. California: University of California Press, 2010.
- ˆ Langdon, Frank C. *Challenges to the United States in the South Pacific*. In: **Pacific Affairs**. University of British Columbia. Vol. 61, No. 1, spring, 1988, pp. 7-26.
- Mearsheimer, John. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W. W. Norton, 2001.
- Mello, Leonel Itaussu Almeida. *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: Hucitec/Edusp, 1999.
- ˆ Morgenthau, Hans J. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. Fifth Edition. New York: Alfred A. Knopf. 1978.
- Nye Jr, Joseph S. *Soft Power :The means to success in World Politics*. Public Affairs. New York. 2004.
- Nye Jr, Joseph S. *The Paradox of American Power: Why the worls's only superpower can't go it alone*. Oxford University Press, 2002.
- ˆ Nye, Joseph S. *What New World Order?*. In: **Foreign Affairs**. Vol. 71, pp. 83 – 96, spring, 1992.
- Oliveira, Flávio Rocha de. *Estados Unidos da América: a segurança em perspectiva histórica*. In: **Diniz, Eugenio (org). Estados Unidos: Política externa e atuação na política internacional contemporânea**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2009.
- Pecequilo, S. C. *A política externa dos Estados Unidos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003
- ˆ Posen, Barry e Ross, Andrew L. *Competing visions for US grand strategy*. In: **International Security**, v. 21, nº 3, 1996-97.
- Rosati, Jerel A.; Scott, James M. *The politics of United States foreign policy*. 5ª ed. Boston: Wadsworth, 2011.
- Ross, Robert S. *The Geography of the Peace: East Asia in the Twenty-First Century*. In: **International Security**. The MIT Press. Vol. 23, n. 4, pp. 81-118, spring, 1999.
- Ross, Robert. *US Grand Strategy, the Rise of China and US National Security Strategy for East Asia*. In: **Strategic Studies Quarterly**, v. 7, issue 2, summer 2013.
- ˆ Scalapino, Robert A. *The Changing Order in Northeast Asia and The Prospects for U.S.-Japan-China-Korean Relations*. Prepared for a joint East-West Center/Pacific Forum seminar. Honolulu, August 13–28, 1998. Disponível em: <http://igcc.ucsd.edu/assets/001/501215.pdf>

- Shalikashvili, General John M. *Army Field Manuals: 100-7*. Seção I. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/library/policy/army/fm/100-10-1/ch1.htm>

- Soares, Aldagisa; Leite, Davi; Filho, José Costa; Furtado, Nayara. *Mecanismos Regionais de Controle da Proliferação de Armas Nucleares – A Proposta de uma Zona Livre de Armas Nucleares no Oriente Médio*. In: **Cadernos de Relações Internacionais**. PUC Rio/ IRI, v. 3, n. 1, 2010.

- Stevenson, Charles H. *US Foreign Policy in Shoutheast Asia: Implications for Current Regional Issues*. In: **Contemporary Southeast Asia**. Institute of Southeast Asian Studies (ISEAS). Vol. 14, n 2, pp. 87-111, september, 1992.

- U.S. Joint Chiefs of Staff. *Joint Publication 3–0: Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms*. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 2009.

- U.S. Joint Chiefs of Staff. *Joint Publication 3–32: Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms*. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 2009.

- U.S. Joint Chiefs of Staff. *Joint Publication 3–35: Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms*. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 2009.

- Vicentino, Cláudio; Dorigo, Gianpaolo. *História para o Ensino Médio: História Geral e do Brasil*. Ed. Scipione, 2001.

- Vieira, Marcelo Milano Falcão; Carvalho, Cristina Amélia (Org.). *Organizações, Instituições e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

- Waltz, Kenneth N. *Theory of International politics*. New York: Columbia University Press, 1959.

Sítio:

- <http://www.globalsecurity.org/military/facility/ppp.htm>